

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 148

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Sérgio Spada
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE OUTUBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/Nº

Senhor Presidente:

Vimos por intermédio do presente, solicitar de V. Exa. e dos demais integrantes da Mesa Executiva desta

Casa, que contemple as necessidades de modernização deste Poder, dando prioridade à estrutura funcional dos servidores ativos e inativos, implantando o Plano de Cargos Carreiras e Salários, resolvendo definitivamente o impasse das baixas remunerações da classe de servidores que fazem da Assembléia Legislativa, motivo de honra e orgulho para todos nós parlamentares.

Se partirmos do princípio das prioridades, a implantação do plano ora sugerido, deveria ter sido o primeiro ato da atual Mesa, em reconhecimento aos trabalhos prestados pelos nossos queridos funcionários. Não discordamos do processo de maturidade e de desenvolvimento desta Casa, mas não podemos nos calar diante dos servidores e suas famílias, uma vez que temos conhecimento que muitos deles se encontram em sérias dificuldades financeiras até mesmo para suas necessidades básicas.

Uma empresa forte, um parlamento forte, é constituído de grandes valores, e esses valores, senhor presidente, senhores pares, são feitos dia-a-dia pelas mãos e mentes daqueles que dedicaram suas vidas em prol desta instituição, fazendo valer o princípio da fidelidade, do companheirismo. E essas pessoas não precisam apenas de uma nova ferramenta de trabalho ou de nova estrutura física. É preciso, antes de tudo, dar aos nossos funcionários a qualidade de vida que eles merecem e acima de tudo, a tranquilidade de seus lares.

Certos de podermos contar com seu empenho, aproveitamos a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI

LUIZ CARLOS ZUK

Apoioamento:

Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Antonio Belinati, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Hidekazu Takayama, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Nelson Garcia e Pastor Edson Praczyk.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3398

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 193/99, de sua autoria, que estabelece o Sistema Estadual de Ensino.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 3406

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, na forma do Regimento Interno e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM, a adoção do regime de urgência para o trâmite do Projeto de Resolução 28/2001,

que dispõe sobre concessão de vale-refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI
MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3428

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para Projeto de Lei 335/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 028/2001.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3430

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, dispensa de 3ª discussão e redação final para o Projeto de Lei nº 430/2001, item 11 Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, de autoria do deputado Eli Ghellere que dispõe sobre a declaração de Utilidade Pública do Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, na cidade de Matelândia.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3429

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 03 Sessões, do Projeto de Lei nº 186/2001, item 08 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 3423

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 144/2001, de sua autoria, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Sertanópolis, com sede e foro no município de Sertanópolis.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3426

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº

434/2001, de sua autoria, que visa dispor sobre as atribuições e competência comuns das guardas municipais do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 3424

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 233/2001, seja anexado ao Projeto de Lei nº 141/99, por tratar-se do mesmo assunto (Dispõe sobre a utilização de recursos visuais destinados aos portadores de deficiências auditiva na veiculação de propaganda oficial).

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3425

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que o Projeto de Lei nº 155/2001, seja anexado ao Projeto de Lei nº 153/2001, por tratar-se do mesmo assunto (Normatiza os serviços funerários nos IMLS).

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 3397

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar às famílias D'Agostin e Strapasson, pelo falecimento da Senhora Helena Claudete Strapasson, ocorrido no dia 15 de outubro do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. José Renato D'Agostin, na Rua Padre Francisco Bonato, 105 - CEP 83.414-170- Centro - Colombo - PR.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3411

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Domingos Gionedi, aos 81 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimento pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3379

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta Nobre Casa, de votos de congratulações à rede de Supermercados Condor Ltda, com sede em nossa Capital, empresa genuinamente paranaense e responsável direta pela abertura de grande número de postos de trabalho e qualificação, através de cursos profissionalizantes que oferece ao trabalhador paranaense, além de aprimorar atendimento que dedica à sua vasta clientela.

Outrossim, requer dê-se ciência da decisão deste Legislativo Estadual ao seu diretor-presidente, Pedro Joanir Zonta, na Avenida Winston Churchill, 2.222, em Curitiba - PR. - CEP: 81150-050.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A rede de Supermercados Condor, com lojas estrategicamente localizadas em Curitiba e região Metropolitana, bem como em importantes cidades no interior do nosso Estado, constitui-se hoje em uma das poucas redes de supermercados genuinamente paranaense.

O capital brasileiro diferencia-na de outras grandes redes no ramo onde predominam o capital e interesse estrangeiro. A rede de Supermercados Condor oferece comodidade e satisfação ao seu público consumidor, garantindo-lhe produto de qualidade a preços mais acessíveis.

Para o diretor-presidente da rede de Supermercados Condor, Pedro Joanir Zonta, o sonho que embalava em sua juventude, quando contava com vinte e dois anos de idade, com muita coragem e garra, investiu suas economias que somadas com os empréstimos obtidos de seu pai e de seus irmãos, realizou-o ao adquirir seu primeiro mercado, com 110m² e cinco funcionários na Rua Winston Churchill, 2.515, no bairro do Pinheirinho em Curitiba.

A partir dessa aquisição, com muita determinação, competência e trabalho, outros estabelecimentos foram se incorporando à empresa, e lojas foram sendo ampliadas, impulsionando ainda mais o crescimento da empresa.

Em 1978, a organização inaugurava o que seria realmente seu primeiro Supermercado, completo, grande e moderno para a época, situado na Avenida Winston Churchill, 2.222, em nossa Capital.

Com o passar dos anos e o espírito empreendedor de seu fundador, corroborado pelo trabalho de sua valerosa equipe de funcionários, a rede cresceu e foi se modernizando, sempre procurando oferecer mais e varia-

dos produtos com qualidade, à sua vasta clientela, como também gerando empregos à nossa massa trabalhadora, garantindo melhores condições de vida a muitas famílias paranaenses.

A modernização constante de suas lojas, com layouts seguindo as últimas tendências mundiais, instalações e equipamentos de última geração, e informatização de toda a rede, garantem a agilidade e segurança aos clientes nas suas lojas.

O investimento maciço em recursos humanos, qualificando seus funcionários, garantem o melhor atendimento aos seus clientes, pois realizado por profissionais treinados e especializados no seu mister.

O reconhecimento e respeito à sua equipe de colaboradores, fazem dos Supermercados Condor, referencial a ser seguido por outras empresas, sejam de grande ou menor porte.

Em seu segmento, os Supermercados Condor, é reconhecido nacionalmente e ocupa lugar de destaque no ranking, e constantemente é agraciado com prêmios cobitados por grandes cadeias de lojas de varejo no Brasil.

O Sr. Pedro Joanir Zonta, dos Supermercados Condor, pelo seu reconhecido trabalho a frente da organização que preside, foi eleito pelos associados da APRAS - Associação Paranaense de Supermercados, para ocupar o cargo de presidente da Associação, na atual gestão.

REQUERIMENTO Nº 3385

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, pela passagem do Dia do Dentista, a ser comemorado no dia 25 de outubro.

Requerem ainda, que se de ciência ao Sr. João Carlini, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Paz, 260 - CEP: 80.060-160 - nesta capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(aa) EDSON PRACZYK E SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3386

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Medicina, pela passagem do Dia do Médico, a ser comemorado no dia de 18 outubro.

Requerem ainda, que se de ciência ao Sr. Luiz Salim Emed, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 497 - CEP: 80.020.909 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(aa) EDSON PRACZYK E SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3387

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto congratulações, à APP - Sindicato dos Professores do Paraná, pela passagem do Dia do Professor, comemorado no dia 15 de outubro.

Requerem ainda, que se de ciência ao Professor Romeu Gomes de Miranda, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475 - CEP: 80020-926 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(aa) EDSO PRACZYK E SERAFINA CARRILHO

REQUERIMENTO Nº 3388

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto congratulações, ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Paraná, pela passagem do Dia do Fisioterapeuta, comemorado no dia 12 de outubro.

Requer ainda, que se de ciência ao Sr. Abdo Augusto Zeghibi, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Padre Germano Mayer, 827 - CEP 80050-270 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSO PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3389

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto congratulações, à Federação de Atletismo do Paraná, pela passagem do Dia do Atletismo, comemorado no dia 12 de outubro.

Requer ainda, que se de ciência ao Sr. Ubiratan Martins Junior, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Desembargador Motta, 3231 - CEP 80430-200 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSO PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3391

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto congratulações, ao Sindicato dos Securitários do Paraná, pela passagem do Dia do Securitário, comemorado neste dia 16 de outubro.

Requer ainda, que se de ciência ao Sr. Alceu Stival, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser

encaminhada à Rua José Loureiro, 12 - CEP 80010-914 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSO PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3392

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto congratulações, ao Sindicato dos Estivadores do Paraná, pela passagem do Dia do Estivador a ser comemorado no dia 18 de outubro.

Requer ainda, que se de ciência ao Sr. Ubirajara Maristani, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Visconde de Nácar, 732 - CEP 83.203-430 - Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSO PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3393

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto congratulações, ao Sindicato dos Eletricistas do Paraná, pela passagem do Dia do Eletricista a ser comemorado no dia 17 de outubro.

Requer ainda, que se de ciência ao Sr. José Caetano, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Francisco Torres, 545 - CEP 80060-130 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSO PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3390

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto congratulações, ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná, pela passagem do Dia do Engenheiro comemorado no dia 12 de outubro.

Requer ainda, que se de ciência ao Sr. Carlos Roberto Bittencourt, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, 211 - CEP 80019-320 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSO PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3399

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao prefeito, senhor Luiz Yoshio Suzuke, ao presidente da Câmara Municipal senhor Rubem

Arnoldo Kunhe, à presidente da Câmara Júnior, senhora Edilce Antonioli Pereira, ao presidente da Associação comercial senhor Adilson Antonio Prigol e ao presidente da Expomed, senhor Euclides Luciano Gasparini, pela organização da 10ª Expomed, realizada nos dias 10, 11, 12 e 14 de outubro, no município de Medianeira.

Trata-se de importante evento, que movimentou toda a região Oeste e contribui para o desenvolvimento econômico do município e região.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 3400

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Exmo. Sr. Marcos de Paula Faria, prefeito municipal de Vila Alta, pela 9ª Festa da Piapara, realizada de 12 a 14 de outubro no distrito de Figueira.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Nos dias 12, 13 e 14 de outubro foi realizada a 19ª Festa da Piapara no município de Vila Alta Distrito de Figueira.

Cumprimentamos o Exmo. Sr. prefeito e a comissão organizadora, pelo sucesso da festa.

REQUERIMENTO Nº 3412

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal João Manosso e Nair Manosso, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando “Bodas de Ouro”. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO nº 3414

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consul-

tado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao prefeito de Campo Mourão, senhor Tauflo Tezeli pelo 54º aniversário da cidade e pela 21ª edição da Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial - Expocampo a ser realizada de 9 a 14 de outubro de 2001.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Exmo. Sr. Tauflo Tezeli, prefeito de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O aniversário de uma cidade deve ser lembrado com a maior demonstração de amor e prestígio ao município. Todos nós comemoramos o aniversário desta cidade, Campo Mourão, que já há 54 anos vem caminhando com grande empenho e mostrando seu grande desenvolvimento.

A Expocampo, em sua 21ª edição, é a amostra real do grande crescimento da cidade em todos os setores, a exposição confirma a grande força que Campo Mourão detém na Agropecuária, em sua indústria e no comércio.

REQUERIMENTO Nº 3417

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Três Barras do Paraná, pela inauguração da sua nova sede, sito à Av. São Paulo 374- CEP 85485-000, Três Barras do Paraná -PR.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Os empresários de Três Barras do Paraná, com muita determinação e discernimento inauguraram no último dia 13 de outubro a nova sede da entidade que congrega a classe naquele município. Trata-se de um empreendimento que revela a força do comércio local. Vivemos numa época de crise, de turbulência e assim mesmo aquela laboriosa classe faz as coisas acontecerem.

Como deputado estadual, fico entusiasmado em constatar o dinamismo e competência de pessoas que acreditam no futuro, superam os obstáculos e criam as condições necessárias para crescer e fortalecer.

Três Barras do Paraná é um município jovem que já enfrentou inúmeras dificuldades. A mais recente delas foi o esvaziamento populacional patrocinado pela Copel, que adquiriu centenas de propriedades para formar o reservatório da Usina de Salto Caxias. Isso causou um terrível impacto no comércio local. Porém, com criatividade e seriedade, estes fatos estão sendo superados. Prova cabal disso é a inauguração da nova sede da Associação Comercial e Industrial do município.

REQUERIMENTO Nº 3408

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de parabenização à APN Comunicação, pelo evento realizado neste mês, em Arapongas, valorizando empresários e profissionais dos mais variados segmentos.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente ao seguinte endereço. Próspero Neto - Rua Benjamin Constant, nº 1806, Centro - Londrina-PR CEP 86020-320.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 3380

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, aos Exmos. Srs. senadores e deputados federais pelo Paraná, no sentido de intercederem junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para determinar estudos aprofundados quanto à pretensão da empresa de sementes CRESTANI S/A, do Estado de Santa Catarina em pleitear a exclusividade da expressão “Chimarrão”, pelos motivos que estamos apresentando na justificativa deste requerimento.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A imprensa divulgou nos últimos dias, a pretensão da empresa de sementes CRESTANI S/A, do Estado de Santa Catarina, solicitando ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) a exclusividade da expressão “Chimarrão”.

A notícia causou imediata contrariedade na população de todos os cantos do Estado do Paraná. Todos sabemos que a erva-mate foi o nosso principal produto de exportação desde 1870 até 1930, inclusive os municípios de Campina Grande do Sul e Piraquara aqui da região metropolitana foram considerados na época do ouro verde, os maiores exportadores.

Nosso Estado tem perto de 300 (trezentas) empresas de erva-mate espalhadas por mais de 150 (cento e cinquenta) municípios.

Na imprevisibilidade da vida, com suas armadilhas e acasos sem qualquer justificativa, o homem é obrigado a navegar às escuras, apalpando qualquer obstáculo, cada degrau, cada oportunidade, como esta notícia simplesmente intrigante para a conquista da exclusividade de expressão “chimarrão”.

Temos que encarar a notícia como pilhéria e desenvolver nossa capacidade de reagir adequadamente.

Desejamos ponderar com o mais alto grau de elevação sublime para desprezar total e verdadeiramente com o mais profundo desejo de repelir com responsabilidade de parlamentar representante de regiões produtoras de erva-mate no Estado do Paraná, concluindo que tal pretensão esbarra porém, na cruel realidade que mostra claramente a impossibilidade do sonho da iniciativa e da

fantasia, cujo caminho na nossa opinião deve tornar-se impossibilitado de concretização.

O Estado do Paraná tem orgulho em possuir a maior indústria de erva-mate, “Leão Júnior S/A”, que no último dia 08 de maio comemorou seu centenário de fundação, cuja firma foi fundada por Ermelino de Leão Júnior, até hoje nas mãos da família, tornando-se líder no mercado, detendo atualmente 85% das vendas de mate e 66% do mercado de chás em todo o Brasil, faturando no último ano R\$107 milhões, com a perspectiva de um aumento de 8% para este ano.

A trajetória da Leão Junior, se confunde com a cultura da erva-mate, constituindo-se como uma das mais importantes do Paraná e do Brasil, para orgulho de todos nós, graças à inteligente condução dos trabalhos de todos os familiares e colaboradores para manter a tradição sempre com a pessoa certa no lugar certo e na hora certa com seus 900 colaboradores diretos e outros tantos indiretos.

Estamos certos que os nossos eminentes representantes no Congresso Nacional evitarão que tamanha pretensão absurda se concretize.

REQUERIMENTO Nº 3394

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT do Paraná, Sr. Ilves Ribas Calda Júnior, solicitando providências urgentes para instalação de uma agência dos Correios no município de Itaperuçu - Paraná, com atendimento de entrega domiciliar de correspondências.

Justifica-se tal solicitação para atender este importante anseio do povo de Itaperuçu, cidade da Região Metropolitana de Curitiba com cerca de 18.000 (dezoito mil) habitantes, que atualmente dispõe apenas de um posto de atendimento dos Correios, vinculado à Agência dos Correios de Rio Branco do Sul, sem entrega em domicílio de correspondências. Atualmente, um serviço particular de moto-boy atende aos moradores do município, que precisam pagar em média de R\$3,00 a R\$5,00 mensais para receber suas correspondências.

Finalmente, requer seja encaminhado o presente requerimento ao diretor regional da EBCT do Paraná, Sr. Ilves Ribas Calda Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Negrão, 1251 - Bloco 1 - 4º andar - CEP 80002-900 - Curitiba - Paraná.

Nestes termos, pede e espera deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3396

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto

Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao diretor regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT do Paraná, Sr. Ilves Ribas Calda Júnior, solicitando providências urgentes para solucionar problemas no atendimento aos usuários dos serviços dos Correios no município de Colombo e demais municípios da Região Metropolitana de Curitiba, especialmente no que se refere à entrega de correspondências nos prazos, nos endereços corretos, eliminando totalmente o extravio das mesmas.

Considerando-se o abusivo aumento nas tarifas praticadas pelos Correios, com aumentos de até 50% (cinquenta por cento) em alguns produtos e serviços, justifica-se tal solicitação para que os Correios possam melhorar a qualidade dos serviços prestados, em toda Região Metropolitana de Curitiba, especialmente no município de Colombo-PR, onde são registradas inúmeras reclamações, geralmente quanto ao atraso de correspondências, como boletos bancários, extratos de cartões de créditos para pagamento, contas a pagar em geral. As inúmeras reclamações dos serviços prestados, são principalmente mais graves, pois ocasionam pagamento de multas e juros, por conta dos atrasos na entrega das referidas contas.

Finalmente, requer seja encaminhado o presente requerimento ao diretor regional da EBCT do Paraná, senhor Ilves Ribas Calda Júnior, através de correspondência a ser encaminhada à Rua João Negrão, 1251 - Bloco 1 - 4º andar - CEP 80002-900 - Curitiba - Paraná.

Nestes termos, pede e espera deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3395

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente a Escola de Natação Amaral e a delegação de atletas que participaram dos 1º Jogos Abertos do Paraná do Terceiro Milênio e 44º Jogos Abertos do Paraná - Natação, pela participação nos referidos jogos realizados nos últimos dias 13 e 14 de outubro na cidade de Toledo-PR, onde participam 18 (dezoito) cidades, e a delegação de Colombo, com o brilhante treinamento da Escola Amaral, conquistou o 1º lugar geral para equipe masculina e 4º lugar para equipe feminina.

Registre-se votos de louvor à delegação de Colombo, à direção da Escola Amaral e seus técnicos pela conquista, valorizando nosso esporte, destacando a equipe colombense como a melhor entre inúmeras outras participantes, inclusive das maiores do Estado do Paraná.

Finalmente, requer seja encaminhado o presente requerimento aos técnicos Marcelo Carreiro e Paulo Bento, extensivamente a todos os demais, através de cor-

respondência a ser encaminhada à Rua Pedro Pavin, 12 - Centro - CEP 83414-210 - Colombo - Paraná.

Nestes termos, pede e espera deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 3401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor secretário de Estado dos Transportes, expediente solicitando a conclusão das obras ligando São Mateus do Sul à divisa com Santa Catarina.

A obra é de grande importância para o desenvolvimento sócio-econômico da região, trazendo grandes incentivos para a implantação de indústrias e de comércio regional. De outra forma, servirá para estimular a integração da população com benefícios para a qualidade de vida de todos.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3403

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor secretário de Estado dos Transportes, expediente solicitando empenho no sentido de autorizar a restauração e melhoria das condições de tráfego conforme segue:

a) trecho Ponta Grossa - Reserva - Cândido de Abreu - Manoel Ribas. Trata-se de rodovia de fundamental importância para o desenvolvimento da economia local e regional, sobretudo servindo como via de escoamento da produção geradora de emprego e renda;

b) trecho Tibagi - Castro - recuperação asfáltica e tapamento de buracos;

c) trecho na região de Itaiacoca: Ponta Grossa-Itaiacoca, o que beneficiará de modo extremamente importante à população da região através do incremento do turismo, da produção agrícola, assim como na indústria de extração mineral do cal, calcita e calcáreo entre outros;

d) término do trecho Guaragi - Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor secretário de Estado dos Transportes que intervenha junto à Concessionária RODONORTE - Lote 6, no sentido de que construa passarela adequada para os pedestres no Parque do

Café, atendendo pleito da população local que necessita de maior segurança.

A obra trará grande benefício para a população que precisa transitar pela rodovia em suas atividades escolares, profissionais ou mesmo de lazer.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3401

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado a senhora secretária de Estado da Educação expediente solicitando o não cancelamento das atividades da Escola Medalha Milagrosa de Ponta Grossa, mormente aquelas da 5ª Série e anos subsequentes e que para o ano de 2002 a Escola continue a oferecer o ensino fundamental completo, realizando matrículas para a 5ª Série do Ensino Fundamental.

É de se observar o trabalho extraordinário que a Escola tem desenvolvido em benefício da população e o aproveitamento dos alunos daquela instituição, não havendo maiores justificativas para seu fechamento.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 3416

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, o envio de expediente ao DER, à Secretaria de Estado dos Transportes e à Viapar, concessionária do Lote 2 do Anel de Integração, solicitando urgente implantação de passarela na Rodovia BR-376, à altura do km 145, no perímetro urbano de Sarandi.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A crescente preocupação em torno da segurança da população é de primordial importância. As mortes relativas a atropelamentos e colisões são assustadoras. O trecho da BR-376, em seu perímetro urbano no município de Sarandi, detém um dos maiores fluxos de veículos em rodovias deste Estado. Pela rodovia à qual se refere o presente requerimento é habitada por milhares de pessoas e, também, abriga grandes empresas, o que faz com que haja grande fluxo de pedestres e veículos neste trecho.

A rodovia, ao mesmo tempo em que é um dos principais corredores de escoamento de produção do Paraná, é também um problema para milhares de moradores que assistiram à urbanização acelerada às suas margens nos últimos anos e, com isso, ao crescimento no número de acidente de trânsito, num preocupante conflito entre pedestres e veículos.

O movimento dos pedestres que cruzam a rodovia é enorme. Algo em torno de cerca de 2.500 pessoas cruzam todos os dias a BR-376, no trecho em questão, sem-

pre preocupados com o perigo que correm. As estatísticas da Polícia Militar não deixam dúvidas do perigo. No ano passado, por exemplo, 45% dos atropelamentos resultaram em mortes e os restantes provocaram ferimentos quase sempre graves, resultando em onerosas despesas hospitalares, transtorno familiar sem contar as vítimas inválidas. É tão patente que a maioria das mortes decorrem de atropelamentos que nos outros tipos de acidentes registrados neste mesmo trecho da rodovia apenas 1,75% resultaram em mortes.

Ainda no ano de 2000, do número total de vítimas fatais na BR-376, 80% foram decorrentes de atropelamentos. Todos esses números confirmam a necessidade da passarela para pedestres que garantirá uma passagem segura, sem perigo de atropelamentos.

Com relação ao começo deste ano até o mês de setembro, o índice de mortes decorrentes de atropelamentos é de 33% enquanto que nos demais tipos de acidentes o índice é de 4,34%.

E do total de vítimas em todos os tipos de acidentes no ano 2001, um terço das vítimas fatais na rodovia são decorrentes de atropelamentos.

Apesar da sinalização no trecho, os veículos transitam em velocidades superiores a 80 km/h dificultando a travessia dos pedestres e transformando qualquer atropelamento em potencialmente fatal. Desta forma, é inegável a necessidade dessa passarela.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3419

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao presidente da Copel, senhor Ingo Hubert, solicitando as seguintes informações sobre as campanhas publicitárias promovidas pela Copel.

1) Qual o valor gasto nas campanhas publicitárias da Copel, neste ano, com vistas a justificar a privatização da empresa?

2) Quais foram as agências que produziram tais campanhas neste período? Pede-se para relacionar as produções às respectivas agências que as produziram, discriminando o custo individual de cada uma delas.

O referido pedido se justifica para que seja dada ciência aos membros desta Casa, dos valores investidos em propaganda pela empresa, com vistas a justificar sua privatização.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 3427

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Alcení Guerra - DD chefe da Casa

Civil, solicitando complementação das informações e envio dos comprovantes de aplicação dos recursos sobre o FAT, anteriormente requeridas e a seguir especificadas:

- Os recursos repassados pelo FAT ao SENAT, SENAI, SENAC, e outras instituições, foram empregados em quê?

- Quais são os projetos que foram implantados; quantos trabalhadores foram beneficiados e por que os comprovantes e recibos dos gastos de repasse no triênio de 1999, 2000 e 2001 não foram encaminhados a esta Casa de Leis?

- Qual foi o motivo da evolução dos recursos do FAT e por que não foram aplicados em benefício do trabalhador?

- Por que não foram encaminhados os documentos e recibos não relacionadas à Assistência e ao Amparo do Trabalhador, tais como: empresas de turismo, propaganda, hotéis, restaurantes, eventos, churrascarias, postos de combustíveis e etc?

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 3382

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao ilustre e competente jornalista Dr. Pedro Washington, cumprimentando-o por sua estréia na coluna Paraná Político, no jornal Gazeta do Povo.

Destaque-se ainda que, seu dinamismo e sua capacidade intelectual contribuirão sobremaneira na informação dos leitores daquele conceituado meio de comunicação.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 3410

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da sra. Jandira da Silva Batista, residente á Rua Dez. Ernani Guarita Cartaxo, nº 1007 - Bairro Capão Raso, que solicita verificação e solução para o problema de refluxo no ralo e embaixo do vaso sanitário do banheiro de sua residência. Ocorre que há três meses essa Sanepar esteve no local realizando um serviço na rede de esgoto em frente à sua residência e após isso, ao chover, ocorrem alagamentos e o problema acima citado.

Pede urgência no atendimento do presente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 248.2144.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3409

Senhor Presidente:

O deputado estadual que formula o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração dos cumprimentos e as felicitações deste Parlamento Estadual à Senhora Fani Lerner, ilustre secretária de Estado da Criança e Assunto da Família, deste Estado; ao Sr. José Carlos Gomes de Carvalho, ilustre presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná; e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria; e à Senhora Zilda Arns, ilustre presidente Nacional da Pastoral da Criança, pela admissão no grau de Comendador na Ordem do Rio Branco, cuja solenidade realizou-se no último dia 10 de outubro, em Brasília, no Palácio Itamaraty.

Pela alta significância das honrarias conferidas, é justo que esta Casa Legislativa preste a sua homenagem às três ilustres personalidades paranaenses, reconhecendo nelas exemplos que engrandecem e enobrecem o povo do Paraná. Personalidades cujas vidas marcam no tempo o fulgor de suas atividades públicas e profissionais. Sempre motivadas para realizar o bem coletivo, acrescentando novos triunfos aos já alcançados em seus propósitos sociais.

Mesmo vivendo tempos em que o valor do indivíduo e a sua ação vai cada vez mais desaparecendo sob os gigantescos registros que a ciência, as teorias modernas e outros fatores têm criado, a vontade férrea e a dedicação ao compromisso social de muitas pessoas, como a exemplo de nossos homenageados, se sobressaem diante do gigantesco da conjuntura que se vive.

É, por assim pensar, que conclamo os nobres pares para a manifestação favorável à presente proposta.

Do aprovado, requer que seja dado ciência aos homenageados.

REQUERIMENTO Nº 3413

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Ivonete da Silva Jorge, residente à Rua Belmiro Pereira de Lara nº 33 - Bairro Jardim da Ordem - Tatuquara, que solicita verificação e solução para o problema de refluxo de esgoto que está ocorrendo em frente à sua residência. A rede de esgoto está danificada e as manilhas entupidas. A Sra. Ivonete já fez tal pedido junto a essa Sanepar, porém não atendido.

Pede urgência no atendimento do presente.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 396-2852.

Sala de Sessões, em 16.10.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3420

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao governador do Estado, senhor Jaime Lerner, solicitando informações sobre a campanha publicitária exibida recentemente com vistas a justificar a privatização da Copel, a qual ridicularizava sindicalistas e movimento social que se posicionaram contrariamente à venda da empresa.

1 - Qual o valor gasto na referida campanha publicitária?

2 - Qual foi a empresa publicitária que a produziu?

O referido pedido se justifica para que seja dado ciência aos membros desta Casa, dos valores gastos pelo Governo do Estado em propaganda, com vistas a justificar sua privatização, e ridicularizar o movimento social organizado.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 3421

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ao presidente da Associação Legislativa do Estado do Paraná, senhor Hermas Brandão, a relação completa dos ex-parlamentares que recebem aposentadoria pelo Fundo Estadual de Previdência Parlamentar - FEPPA, bem como de todos os pensionistas a esses ligados.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 3422

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que a Mesa Executiva informe aos parlamentares desta Casa, qual o período em que o Sr. Nelton Friederich exerceu funções parlamentares nesta Casa, se foi aposentado como tal e, em caso positivo, desde quando e qual o valor de seus proventos de aposentadoria.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) CARLOS SIMÕES

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva autorizada a conceder gratificação mensal de 35% (trinta e cinco por cento) a todos os funcionários ativos, inativos e pensionistas deste Poder.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2001.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.10.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Irineu Colombo, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Ângelo Vanhoni, Renato Gaúcho, Nelson Garcia, Cesar Seleme, José Maria Pereira e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje, entramos com requerimento solicitando ao Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner determinar estudos ao setor competente, para criar gratificação para os servidores públicos ativos e inativos nos mesmos percentuais concedidos pelo Governo Federal, conforme projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional nos últimos dias.

Os nossos colaboradores, funcionários deste Poder, estão na mesma situação afiliva como os servidores do Estado há quase 07 (sete) anos sem receberem aumento, amargando um longo pesadelo na eminência de chegarem ao topo dos excluídos.

É necessário sensibilidade para darmos um tratamento minimamente justo àqueles dedicados servidores da atividade, bem como aos pensionistas e inativos.

A proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito, ela objetiva dar cunho do mesmo tratamento ao funcionalismo do Poder Público Federal, conforme noticiou toda a imprensa nacional nos últimos dias.

A arrecadação do ICMS do Estado do Paraná, teve um aumento de 200% (duzentos por cento) entre 1994 e 2000, conforme declarações recentes do Dr. Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda.

É o momento para repararmos uma injustiça, pois o servidor deste Poder tem e assume a mesma responsabilidade profissional e social com outros segmentos da comunidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 524/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Executivo a permitir remissão de foro aos enfiteutas interessados em consolidar em seu nome o domínio pleno dos imóveis foreiros do Estado do Paraná, nas condições estabelecidas em decreto estadual.

Art. 2º - A remissão do foro, uma vez requerida, somente será negada se provado o interesse do Estado em recobrar o domínio útil do imóvel, mediante exercício do direito de preferência, em prazo não superior a 01 (um) ano.

Art. 3º - A remissão do foro será gratuita.

Art. 4º - Não se concederá remissão de foro a enfiteuta em débito com a Fazenda Pública Municipal ou Estadual.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná mantém a nu propriedade de um número reduzido de imóveis que há anos são explorados economicamente ou servem de moradia a cidadãos paranaenses e familiares.

Em razão da inexistência de destinação pública, os referidos imóveis poderão mais facilmente servir à finalidade social determinada constitucionalmente se a propriedade estiver consolidada em mãos dos agentes privados possuidores de direitos limitados no sistema atual, o que os impede inclusive de obter financiamento e outros benefícios condicionados à composição da propriedade plena.

PROJETO DE LEI Nº 525/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim São Domingos, do município de Itaperuçu, da comarca de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim São Domingos de Itaperuçu, entidade com fins filantrópicos, foi fundada em 23 de dezembro de 1987, por um grupo de pessoas abnegadas e com a finalidade de colaborar com as famílias menos favorecidas daquele município e arredores.

A atual diretoria vem desenvolvendo uma série de eventos direcionados ao bem-estar das famílias carentes do município, como distribuição de cestas básicas, encaminhamentos médicos, materiais escolares, bingos beneficentes, rifas, distribuição de leite para as crianças desnutridas, encaminhamentos hospitalares, encaminha-

mento de carteira de trabalho, de identidade e outros tipos de ajuda, procurando atender assim, com esmero e carinho aos problemas destas famílias e de seus associados.

Tendo em vista as realizações em prol dos menos favorecidos daquele município, achamos ser a mesma merecedora da lei de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 526/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Araucária, com sede e foro em Campo Mourão - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Jardim Araucária, fundada em 16 de dezembro de 1988, com sede na Avenida do Bosque, s/nº, jardim Araucária, em Campo Mourão - PR, é uma sociedade civil sem finalidade lucrativa, político-partidária ou religiosa, com prazo indeterminado de duração, tendo por objetivo entre outros: congregar todos os moradores, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de vida de todos os moradores.

PROJETO DE LEI Nº 527/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as Universidades Públicas Estaduais obrigadas a publicar, mensalmente, os balancetes contábeis indicando o valor dos recursos recebidos, suas aplicações e respectivas despesas.

Parágrafo Único - Os documentos constantes do *caput* anterior deverão ser publicados em jornais de maior circulação dos municípios-sedes das Universidades.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo fazer com que as Universidades Estaduais divulguem os balancetes contábeis, mensalmente, indicando receitas e respectivas despesas, nos jornais de maior circulação de seus respectivos municípios.

As Universidades vivem em situação de penúria expressa, entre outros aspectos, na deterioração da infraestrutura física, o que demonstra o mau uso dos recursos recebidos pelo Governo do Estado.

Como exemplo podemos citar o caso da Universidade Estadual de Maringá, que somente neste ano de 2001 recebeu R\$84 milhões, com uma previsão para o próximo exercício, ano de 2002, de 100 milhões de reais.

As Universidades Estaduais são entidades públicas e a população do Estado do Paraná, que é mantenedora destas instituições através do pagamento de impostos, têm o direito de saber onde e como seus recursos estão sendo aplicados.

Precisamos estabelecer uma reforma total e absoluta no ensino público. Novos cursos deverão ser criados, novas oportunidades deverão ser dadas aos filhos daqueles que não têm o privilégio de mantê-los em uma universidade particular. A qualidade do ensino precisa ser melhorada, funcionários e professores precisam ser melhores remunerados.

Temos convicção de que é somente através da transparência de ações dos dirigentes é que poderemos chegar a um bom nível e maior espaço para todos os estudantes que precisam ingressar nas universidades públicas do Estado do Paraná.

Contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação urgente deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 528/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Concede aos servidores públicos estaduais que prestam serviços, diretamente em locais expostos à radioatividade a aposentadoria especial, ou seja com 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado.

Parágrafo 1º - Considera-se exposto à radioatividade o servidor que exerce as funções de Médico Radiologista, Médico Radioterapeuta, Médico da Medicina Nuclear, Médico Hemodinamista, Técnico Radiologista, Técnico Radioterapeuta, Operador de Raio X e os servidores que estão expostos permanentemente aos Raio X e outras radiações ionizantes.

Parágrafo 2º - Considera-se tempo de serviço a ação prestada diretamente e permanente, sendo uma atividade habitual.

Art. 2º - O disposto no art. 1º não se aplica aos servidores que:

I - exercem atividades acessórias, auxiliares, em caráter esporádico, ocasional ou intermitente;

II - estejam afastados de suas atribuições, exceto nas hipóteses de licença para tratamento de saúde e usufruto de férias e licença-prêmio.

Parágrafo 1º - Considera-se atividades acessórias ou auxiliares: as funções exercidas sob irradiação direta

ou esporadicamente, como complemento do exercício, de especialidades médicas ou as que estão vinculadas às funções ou setores previstos no parágrafo 1º do artigo 1º, inclusive as de caráter administrativo.

Parágrafo 1º - O tempo de serviço prestado deverá ser comprovado mediante a apresentação de prova documental, sendo obrigatória a solicitação do laudo pericial.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

A Lei da Constituição Federal nº 3.999/61, garantiu os primeiros direitos aos radiologistas, mas muito ainda precisa ser feito, pois é necessário a valorização desta classe, já que é uma atividade fundamental à população, mas de grande risco ao profissional.

Em várias áreas da saúde, faz-se necessária a utilização de aparelhos radioativos. Estes são fundamentais para encontrar a solução para diversos casos na saúde do cidadão, garantindo-lhe uma melhor qualidade de vida.

Consideramos neste projeto, o exposto à radioatividade: o servidor que exerce as funções de Médico Radiologista, Médico Radioterapeuta, Médico da Medicina Nuclear, Médico Hemodinamista, Técnico Radiologista, Técnico Radioterapeuta, Operador de Raio X e os servidores que estão expostos permanentemente aos Raio X e outras radiações ionizantes.

As atividades desenvolvidas pelos expostos em radiologia é de grande risco para a saúde, considerado insalubre em grau máximo. Portanto, a aposentadoria especial é o mérito conquistado por este trabalho de grande risco, mas de grande importância para a sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 529/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida, a qualquer título, no âmbito da rede pública estadual de ensino, a cobrança de taxas ou contribuições referentes à:

I - matrícula ou rematrícula;

II - material destinado às provas, exames, boletins de notas;

III - certificados ou diplomas de conclusão de curso;

IV - atestados de frequência, de horários escolares, de currículos e de programas de disciplinas;

V - documentos destinados à transferência do estudante.

Parágrafo 1º - A vedação de que trata o presente artigo se estende à exigência de materiais essenciais para a manutenção das atividades regulares de ensino, tais como folhas matrizes e giz que devem ser obrigatoriamente fornecidos pela escola.

Parágrafo 2º - A cobrança de taxas ou contribuições à APP (Associação de Pais e Professores), Grêmios

Estudantil, Centro Cívico, ou outras entidades similares, deverá ser executada diretamente por tais entidades, sendo vedada a exigência de qualquer destas taxas para a matrícula ou frequência às aulas.

Art. 2º - As direções das escolas públicas deverão providenciar a fixação desta lei em local publico e de fácil acesso à leitura.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

São cada vez mais freqüentes as denúncias por parte de pais e estudantes de Escolas Públicas Estaduais de 1º e 2º graus sobre a cobrança de taxas ou contribuições para fins de matrículas, rematrículas, certificados de conclusão e diplomas.

Neste mesmo diapasão constatamos ainda a imposição de cobrança de taxas ou contribuições mensais para a APP (Associação de Pais e Professores), e outras entidades para que o aluno possa efetuar matrícula, rematrícula ou, até mesmo, solicitar documentos oficiais da escola.

E o que leva os pais e alunos a se sujeitarem a esta situação, em primeiro lugar é o desconhecimento dos dispositivos constitucionais e, em segundo plano, quando conhecedores de seus direitos, o temor de represálias e perseguições dentro da Escola.

Atualmente, existem inúmeras escolas públicas estaduais e cada uma delas recebe recursos para sua conservação e manutenção.

Outrossim, a Constituição da República, em seu artigo 206, IV dispõe claramente em relação à gratuidade do ensino público, determinando ao Estado a incumbência de providenciar todos os recursos necessários para a manutenção de suas escolas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Orlando Pessuti.

Por deferência, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente e senhores deputados.

Dois assuntos me fazem usar a palavra na tarde de hoje. O primeiro deles é com referência ao nosso ensino universitário. Estão presentes entre nós, servidores públicos das instituições maiores de ensino do Paraná, que convocam os senhores deputados que puderem, a comparecer nas audiências públicas que irão realizar, através de convites que chegarão às mãos dos senhores deputados.

Tenho certeza absoluta de que terão esses homens ligados à funcionabilidade das universidades, à receptividade de todos os Senhores Parlamentares. Acredito que o exemplo a ser seguido, de uma solução a ser apresentada,

terão as instituições o amparo de todos os senhores parlamentares.

Este é um assunto que de perto interessa à família do Paraná, não tão somente aos senhores professores e funcionários das instituições, mas como também aos senhores alunos, que neste período de greve terão que ter a reposição das aulas que não estão sendo ministradas.

O segundo assunto, senhor presidente e senhores deputados, nós nos dirigimos conjuntamente com o deputado Ângelo Vanhoni e mais outros senhores deputados que apoiaram aquilo que é testemunho a esta Casa e principalmente mais de perto a funcionabilidade desta Casa no que concerne aos senhores servidores de uma maneira geral.

Por isso, senhor presidente, aqui, se encontra o documento que iremos encaminhar à Mesa.

(Lê):

“Senhor Presidente:

Vimos por intermédio do presente, solicitar de V. Exa. e dos demais integrantes da Mesa Executiva desta Casa, que contemple as necessidades de modernização deste Poder, dando prioridade à estrutura funcional dos servidores ativos e inativos, implantando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários, resolvendo definitivamente o impasse das baixas remunerações da classe de servidores que fazem da Assembléia Legislativa, motivo de honra e orgulho para todos nós parlamentares.

Se partirmos do princípios das prioridades, a implantação do plano ora sugerido, deveria ter sido o primeiro ato da atual Mesa em reconhecimento aos trabalhos prestados pelos nossos queridos funcionários. Não discordamos do processo de maturidade e de desenvolvimento desta Casa, mas, não podemos nos calar diante dos servidores e suas famílias, uma vez que temos conhecimento que muitos deles se encontram em sérias dificuldades financeiras até mesmo para suas necessidades básicas.

Uma empresa forte, um parlamento forte, é constituído de grandes valores, e esses valores, senhor presidente, senhores pares, são feitos dia-a-dia pelas mãos e mentes daqueles que dedicaram suas vidas em prol desta instituição, fazendo valer o princípio da fidelidade, do companheirismo. E essas pessoas não precisam apenas de uma nova ferramenta de trabalho ou de nova estrutura física. É preciso, antes de tudo, dar aos nossos funcionários a qualidade de vida que eles merecem, e acima de tudo, a tranqüilidade de seus lares.

Certos de podermos contar com seu empenho, aproveitamos a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

(aa) ÂNGELO VANHONI e LUIZ CARLOS ZUK”

Acredito que todos os senhores parlamentares desta Casa, independentemente de Partido ou, principalmente, de ideologia, somos testemunhas daquilo

que realmente todos nós conhecemos aqui, que é a situação caótica na qual se encontram os senhores funcionários.

Traz-me à mão, também, o ilustre deputado Antonio Anibelli um projeto.

(Lê):

“SUMULA:

Fica a Comissão Executiva autorizada a conceder gratificação no percentual mensal de 35% (trinta e cinco por cento) a todos os funcionários ativos, inativos e pensionistas deste Poder.

Art. 1º - Fica a Comissão Executiva autorizada a conceder gratificação mensal de 35% (trinta e cinco por cento) a todos os funcionários ativos, inativos e pensionistas deste Poder.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de 1º de novembro de 2001.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, 15 de outubro de 2001.”

Assinaram: Antonio Anibelli e diversos outros senhores deputados.

Acredito que a Mesa Executiva, tendo em mãos a instrumentação de um projeto de lei e uma solicitação feita por nós, que poderá ter amparo, já que antecipamos o voto favorável do ilustre deputado Antonio Anibelli, teremos também a somatória do deputado Valdir Rossoni e principalmente do nosso presidente, deputado Hermas Brandão, que têm procurado, em todas as oportunidades em que estivemos junto com os servidores, encontrar um meio, um caminho para que isto seja solucionado no sentido definitivo, que são os salários baixos dos senhores funcionários desta Casa.

Tenho a certeza, senhores parlamentares, que através desta forma, do diálogo franco, aberto e amigo, da Mesa Executiva e de nós todos, que temos o dever de dar o meio pelo qual cada um que aqui venha, tenha a tranquilidade de ter deixado em casa filhos e esposas dentro das condições normais para sua sobrevivência, e não necessitando fazer o que todos os senhores parlamentares são testemunhas, às vezes até fazendo pedidos para o sustento de suas casas.

Senhor presidente Elio Rusch, passo à suas mãos e tenho certeza absoluta que, conjuntamente com o projeto de lei que aqui se encontra, haverá esta Mesa Executiva, com a inteligência, o discernimento e o propósito de acertar, fazer valer, realmente, um salário digno aos funcionários deste Poder Legislativo.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero, da tribuna, mais uma vez pedir a compreensão do líder do Governo, deputado Durval Amaral, e do líder do governo em exercício, neste momento, deputado Ademar Traiano, para que dêem aprovação ao nosso requerimento de pedido de informações a respeito dos recursos destinados à Ciência e Tecnologia, fruto de legislação aprovada por essa Casa e que regulamenta esta lei de janeiro de 98, artigo 205 da Constituição do Estado.

Entendo que é de fundamental importância para nós os parlamentares, conhecermos realmente o que está acontecendo ou não com os recursos que deveriam estar sendo destinados à Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná.

Existem, evidentemente, algumas reclamações a respeito e gostaríamos que as informações chegassem para que fosse sanada essa dúvida.

Senhor presidente, verificando o jornal Folha de São Paulo do dia 15 de outubro de 2001, lá encontramos uma matéria cujo título é: “É podre mesmo” e fala da decisão do Banco Central de aceitar as chamadas moedas podres, títulos públicos que são negociados com deságio no mercado, em razão do risco de calote e que são esses títulos negociados, muitas vezes, com deságios altíssimos e o governo vem agora por adotar a postura de aceitar, mais uma vez que nas próximas privatizações, em especial, nos Bancos de menor porte, aqueles que forem adquirir essas instituições possam fazer o pagamento em reais, mas também utilizando-se desses famosos títulos podres.

E o interessante dessa matéria, senhor presidente é que são para se pagar a arrematação feita de uma dessas privatizações pode chegar até a 90%. Vamos dizer que um determinado Banco seja adquirido por 500 milhões de reais, você pode utilizar-se de até 450 milhões de reais de moedas podres, títulos podres para adquirir aquela instituição que está sendo leiloada.

A matéria faz uma série de análises e chega a duas considerações que eu gostaria de debater com o Plenário. A primeira: por que o governo, que precisa diminuir com privatizações, vamos dizer assim, o seu endividamento público, baixar o nível da dívida pública que possui, seja ela interna ou externa, em especial, neste caso, a dívida interna, não exige que as privatizações sejam concretizadas com reais e depois, de posse desses reais, possa ele ir ao supermercado e comprar esses títulos podres, ter o benefício de um deságio, muitas vezes até 50 ou 60% em cima do valor de face dessas moedas tidas como podres? Por que ao invés de receber essas moedas pelo valor de 100%, o governo não procura receber os reais e depois de posse deles, comprar uma quantidade maior de títulos podres, evidentemente, baixando muito mais o seu endividamento?

E a outra consideração que entendo ter a ver conosco aqui, diz o seguinte: o Banco Central talvez tema

que, em razão da estagnação econômica, tais preços estejam altos, ou seja, os preços mínimos pelos quais foram avaliadas essas instituições, mas se isso for verdade, o mais correto seria reavaliar os valores mínimos de forma transparente para quando a economia estiver melhor ou mais estabilizada.

Aí que nós entramos com a questão da nossa Copel.

Estamos aqui desde o mês de janeiro, quando o Governo anunciou os editais dizendo que não deveria vender a nossa Companhia de Energia. Nesta semana, vendo a publicação da revista "valor", verificamos lá: "A Copel é a maior empresa do Paraná, uma das empresas com maior lucro líquido do Brasil". E o Governo do Paraná está querendo torrar a Copel por qualquer preço. Basta ver as declarações do secretário Miguel Salomão, que foram reproduzidas nos jornais do Paraná dizendo que: "não importa se tem dez pretendentes ou apenas um, que a Copel pode ser vendida pelo preço mínimo anunciado de 4 bilhões, porque nesse preço já está embutido o ágio de 140%. E afirma: "se vender por 4 bilhões está de bom tamanho, porque se fosse vender as ações na Bolsa não conseguiria mais que um bilhão e meio".

Vejam o absurdo que tem coragem de afirmar uma pessoa da envergadura de conhecimento da área econômica como é o Miguel Salomão. Por que isso? Porque querem vender a Copel! Querem se desfazer dessa empresa que é maravilhosa, que sempre foi a alavanca do desenvolvimento do Paraná, como se ela fosse o "patinho feio" da economia paranaense, brasileira. Na realidade a Copel é uma empresa de vanguarda.

Disse aqui na semana passada e vou repetir hoje. O Rio Grande do Sul vendeu apenas a distribuição. Conseguiu em cada ponto de consumo um valor correspondente a cerca de 800 dólares por consumidor. No Paraná temos 3 milhões de consumidores. Se obtivéssemos só pela distribuição os mesmos 800 dólares, conseguiríamos aqui uma receita ao redor de 2 bilhões e quinhentos milhões de dólares, que, se multiplicado pelo, 2.7 que vale o dólar hoje, atingiríamos um preço, só da distribuição, de mais de 6 bilhões de reais, que é superior aos 4 qualquer coisa que o governo está querendo entregar. Entregar não só a distribuição, a transmissão, as nossas usinas, os nossos rios, a nossa informática, a nossa participação do Secomtel, a nossa participação no Compagás, a nossa participação da Sanepar, nas questões ambientais, culturais, questões da biodiversidade que os nossos rios permitem que tenhamos.

São dados que não podem ser ignorados. Lá no Rio Grande do Sul e no Brasil inteiro as distribuições que foram vendidas - não estou falando de usina hidrelétrica, não estou falando no uso do rio, no uso múltiplo para navegação, para criação de peixes, para o lazer, para a proteção da nossa biodiversidade, para irrigação das nossas lavouras. Não estamos falando da participação acionária que o governo tem na Tradener, na Sanepar, que tem lá no Sercomtel, só na distribuição.

Só na distribuição a média obtida nas diversas privatizações no Brasil girou em torno de mil dólares por ponto de consumo ou por consumidor. Mil dólares. Temos aqui dois milhões e oitocentos mil consumidores. Teríamos pelo menos 2 bilhões e oitocentos milhões de dólares só pela distribuição.

Por isso que faço um apelo aos senhores deputados, pensemos e ainda há tempo para isso, de uma forma mais paranista, que não nos entreguemos aos encantos do presente, à véspera de uma eleição, tão somente, porque pode ser que mais tarde, com certeza, mais tarde vamos nos arrepender de termos entregue a principal empresa do Estado do Paraná por um preço injusto, muito abaixo do que aquele que realmente ela vale.

Era isso, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o senhor deputado Tiago Amorim.

O SR. TIAGO AMORIM

Senhor presidente, senhores deputados, digníssimas deputadas:

O que nos traz a esta tribuna no dia de hoje, é em relação à situação lamentável que vive o interior do Estado do Paraná, em relação à falta de segurança pública.

Nós que somos da cidade de Cascavel, da região Oeste, Foz do Iguaçu, da Costa Oeste, constantemente estamos cobrando do secretário da Segurança Pública do Paraná, uma ação mais enérgica no que diz respeito à falta de segurança no Oeste do Estado do Paraná.

Em Cascavel, para se ter uma idéia, já tivemos 1.400 (mil e quatrocentos) casos de arrombamentos de residências, mais de 430 (quatrocentos e trinta) veículos furtados, somente este ano. A onda de assaltos é uma situação realmente palpitante e vexatória.

55 (cinquenta e cinco) pessoas já foram assassinadas na cidade de Cascavel. Em Foz do Iguaçu, esta realidade não foge à regra.

O crime organizado continua instalado dentro dos organismos de Segurança do Estado e, nós que convivemos na CPI do Narcotráfico, denunciando as ações do crime organizado, me parece que não adiantou muito esta Casa votar um projeto de lei, que chamasse a responsabilidade para a Assembléia Legislativa e também para as entidades, no que diz respeito à moralidade da segurança pública do Paraná.

Falamos isso porque na cidade de Cascavel, cobramos uma ação enérgica do secretário da Segurança Pública José Tavares, mas que infelizmente, até agora, nada foi feito.

Hoje, dentro dos quadros da Polícia Civil de Cascavel, temos policiais que já foram presos, inclusive pelo Grupo Tigre, aqui em Curitiba, e que continuam utilizando-se da insígnia para servir e proteger, supostamente, a população de Cascavel. É uma vergonha o que acontece

no interior do Paraná. O crime organizado está sendo protegido de maneira vergonhosa na cidade de Cascavel. Temos policiais que já foram denunciados pelo Ministério Público, no que diz respeito a assalto, seguido de extorsão, e continuam lá trabalhando, ou seja, supostamente trabalhando, para servir aos seus interesses escusos, porque na verdade, não têm moral para servir a população do Oeste do Estado do Paraná.

E já tivemos casos que continuam sendo constatados, mas infelizmente, até agora, a Secretaria da Segurança Pública não tomou nenhuma providência em relação àquilo que questionamos no papel, junto à Secretaria do José Tavares, na cidade de Curitiba.

E evidentemente, é bom deixar bem claro: parece-me, não quero aqui criar falso testemunho, que tiramos o Candinho, mas deixaram o José Tavares, ou seja, continua zero a zero no esquema do crime organizado.

Para concluir, senhor presidente, quero dizer que algumas críticas são feitas aos deputados do interior do Paraná, que andam 600, 700, 800 quilômetros, às vezes até mais, para chegar aqui na Sessão de segunda-feira e cumprir com a sua missão. É bem verdade que nem sempre o deputado consegue chegar, na sua correria da vida, para estar aqui na Sessão.

Quero dizer que a função do deputado não se restringe só ao Parlamento.

Ele vai mais longe, vai à Secretaria, vai ao contato com o secretário, com o governador, com outras autoridades a nível de outros Estados, e assim por diante.

Como deputado de Cascavel, do Oeste do Estado do Paraná, quero dizer que não admito que o nosso nome seja colocado como deputado faltoso. Nós estamos firmes, trabalhando pelo povo da nossa região, a exemplo do que nós estamos viabilizando para Cascavel, e hoje na Secretaria do secretário Lubomir Ficinski, liberamos mais de um milhão e seiscentos mil reais, para a cidade de Cascavel, onde 10 bairros estarão recebendo os benefícios de asfalto.

Liberamos três milhões, para construção de três colégios que vão atender quatro mil e quinhentas crianças na cidade de Cascavel. Liberamos mais nove viaturas para a Segurança Pública. Esse é o trabalho do deputado.

Agora, não podemos aceitar esse tipo de crítica, que deprecia o trabalho do parlamentar.

Com certeza, tira o prazer para que possamos fazer um trabalho mais assíduo e determinado.

Infelizmente, às vezes, são citadas essas situações.

Mas, quero que cite também, o que o deputado tem feito de bom pela sua região.

Eu quero até, dizer o seguinte: Respeito o trabalho de qualquer órgão da imprensa, porque sou um cidadão da imprensa e vivo a imprensa há dezessete anos.

Mas quero dizer também, que não vou aceitar críticas como essas, onde o deputado Tiago continua atendendo a sua região, e os deputados de uma forma geral, às vezes por um motivo ou outro, defendendo a sua base eleitoral, acabam se tornando impossibilitados e inviabi-

lizados de estar dentro de uma Sessão Plenária aqui na Assembléia Legislativa.

E volto a dizer que a função do deputado não se restringe só ao Parlamento.

O deputado está nas suas bases, está com o seu povo. E com certeza o deputado não é unipresente e nem sempre só a presença do deputado é que resolve o problema da sua base.

Muito obrigado, senhor presidente, e dizer que nós vamos continuar firmes e determinados, trabalhando pela nossa região, e procurando dar respostas positivas ao nosso povo do Paraná.

E de antemão também, parabenizar a todos os deputados do Paraná, do Partido Trabalhista Brasileiro, pelo programa eleitoral de ontem, que está sendo elogiado pelo Paraná inteiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pequeno Expediente, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Ainda ontem, nos foi solicitado pela Liderança do Governo, que retirássemos um requerimento que havíamos apresentado a esta Casa, pedindo que a Mesa Diretiva desta Casa, subsidiasse o trabalho a respeito do que nós discutimos, a respeito da Tradener.

Recebi as informações, deputado Traiano, como líder do Governo, neste momento, vice-líder do Governo, e confesso que mais uma vez fiquei muito espantado, e acho importante que todos os deputados observem isto, com o caminho que está tramado e traçado em relação a essa empresa.

Primeiro, tentam provar a constitucionalidade da formação da empresa, com a Lei nº 11.740 de 19 de junho de 1997.

É uma lei genérica, que fere a Constituição da República, no seu artigo 37 inciso 20, e fere a Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 27.

De forma muito clara, ali está determinado que no caso de cada uma constituição, majoritária ou minoritária, deverá ser antes de mais nada, em cada caso, ter autorização legislativa.

E por que fazem isso, o Governo Federal, através da sua Constituição Federal, e o Governo Estadual?

Para proteger o interesse público, justamente de casos como este desta Tradener!

A Lei nº 11.740 é uma lei genérica, não especifica em momento algum, que se possa fazer negócios com transmissão de energia, e remete a uma lei de número 7227, do tempo do governador Ney Braga, e lá, sim, diz que apenas o Poder Público, detenha a maioria do capital, é que podem ser constituídas as empresas.

Da mesma forma, nós continuamos aprofundando os assuntos, e começamos a perceber o seguinte: no contrato social firmado em agosto de 98,

vejam os senhores, como as datas são interessantes, em agosto de 1998, no contrato social, a Copel designa o senhor Valfrido Ávila para ser o seu gerente nesta sociedade chamada Tradener. E o capital social desta empresa, dez mil reais.

Em vinte e nove de junho de 1999, seis meses praticamente passados, o capital social de dez mil, vai para setecentos e cinquenta e um mil e setecentos e vinte reais e entra uma nova sócia. Que sócia é essa? Uma sócia chamada VGW. E onde aparece como sócio o senhor Valfrido Ávila, como sócio e sendo indicado para a gerência desta empresa tanto pelo sócio Copel, como pelo sócio VGW.

Em primeiro de dezembro de 1998, este contrato social vai para um milhão, setecentos e cinquenta e um mil reais. Agora o que é pior, senhores deputados, é firmado um contrato entre a Copel e a VGW, em que se estabelece, em dezembro de 1998.

Vejam os senhores, com ela a empresa em agosto de 1998, dezembro de 1998, faz-se o seguinte contrato: contrato de comercialização de energia elétrica, que prevê que a Tradener comercializará a energia disponível para venda de propriedade da Copel ou proveniente de suas parcerias, pelo prazo de dez anos.

Em linhas gerais, através deste contrato, a Copel confere à Tradener exclusividade na comercialização de todos os seus excedentes de energia, com direito a comissão de 2% sobre o valor da energia comercializada e ainda, que a Copel comercialize energia diretamente, e ainda, que a venda do excedente se dê no mercado de curto prazo do mercado energético.

Vejam os senhores que isto é uma beleza!

E fica estabelecido, neste contrato, também uma multa rescisória que na hipótese de abrir mão do negócio, a Copel paga a essa empresa uma indenização correspondente a 10% do valor do contrato, que à época correspondia à bagatela de dez milhões, sendo corrigidos pelo IGPM.

Mas, melhor do que isso ainda, senhores, no dia primeiro de junho de 2000, faz-se um aditivo ao contrato, e vejam que gracinha, senhores, eleva-se o valor da indenização para o caso de rescisão para 100% do valor do contrato e o valor do contrato...

(Ausência de som)

Solicito o Horário da Liderança do PPS, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vossa Excelência passa a fazer uso do Horário da Liderança do PPS.

O SR. MARCOS ISFER

... se eleva para vinte milhões, atualizados pelo IGPM. Ora, senhores! Não vejo como possamos abrir mão da nossa prerrogativa legislativa de não pedir apoio da Mesa Executiva desta Casa, para podermos continuar esta fiscalização.

Nós temos dados, temos contratos, temos todas as provas cabais de que se armou um grande negócio entre amigos e inclusive quando previram a venda da Copel, a possibilidade em junho de 2000, rapidamente elevaram a multa contratual para 100% e dobraram o valor do contrato.

Senhores, se isto não é fazer do dinheiro público mau uso, não sei o que será! Se não é usar de má fé para constituir uma empresa como esta, trazendo e fazendo uma lei genérica, que esta Assembléia aprova no sentido de apoiar as ações da Copel e depois se vê transformar em uma negociata, eu não sei o que é negociata neste País!

Acho, senhores, que temos que continuar a investigar, acho que temos que continuar, de uma forma muito séria, a questionar o que se passa dentro da Copel. Não me venham, portanto, com pareceres como este em que se usam leis que não têm respaldo legal, em que se colocam interpretações falaciosas da lei para impedir. É o primeiro princípio da administração pública - legalidade e impessoalidade. No trato do dinheiro público e a moralidade, senhores aqui foi para o lixo.

O Sr. Cezar Silvestri

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcos Isfer, V. Exa. junto com a minha pessoa, apresentou um requerimento pedindo informações sobre a constituição da Tradener e na verdade a informação que nos foi passada pelo vice-líder do Governo, deputado Ademar Traiano, não é um relatório de explicações.

Procurei me ater na leitura dessas explicações, mas depois cheguei à seguinte conclusão - não valeria a pena perder tempo, até porque este relatório não está assinado e dificilmente alguém teria coragem de assinar dando essas informações que estavam nos passando.

Por esta razão, houve um pedido por parte do vice-líder, Ademar Traiano, para que nós retirássemos o requerimento, visto que as informações já tinham sido prestadas.

De minha parte e acredito que de V. Exa. também não há como nós retirarmos, até porque precisamos dessas informações assinadas e oficiais.

Agora, realmente, deputado Marcos Isfer, nos preocupa porque a constituição Tradener, já foi uma negociata desde a sua instalação, desde a sua constituição.

Por que criar uma empresa para comercializar energia, pagar comissão a esta empresa para comercializar energia, pagar comissão a esta empresa quando a Copel tradicionalmente ao longo de sua história, sempre comercializou energia sem que tivesse intermediário? E é um produto em falta. Nós estamos aí com o racionamento de energia, com apagões, faltando energia no Brasil todo e de repente se monta um negócio, um alto negócio, com pessoas apadrinhadas, com pessoas ligadas ao grupo político do governador Jaime Lerner, com uma pessoa que na

minha avaliação não passa de testa-de-ferro, porque de repente sai de um cargo da Copel, vira sócio de uma empresa que tem o maior lucro do Brasil, com certeza, e um dos maiores do mundo e eu já falei num pronunciamento há dias atrás e V. Exa. também, que com certeza essa empresa vai para o livro dos recordes, porque é impossível uma empresa crescer tanto, ter tanto lucro! Agora, realmente é muito grave, enquanto nós lutamos para manter a Copel nas mãos do povo do Paraná, pessoas ligadas inclusive à direção da Copel, aumentam o capital social de um cancelamento, no caso de privatização, ou seja, agem de má fé, desrespeitando o povo do Paraná, desrespeitando os deputados que aqui votaram contra a venda da Copel e o que é pior, na minha avaliação, desrespeitando inclusive os acionistas da própria empresa.

Acho que é muito grave a sua denúncia e que nós precisamos investigar e na minha avaliação nós deveríamos abrir uma CPI específica para investigar a questão da constituição dessa empresa comercializadora de energia que é a Tradener do Paraná.

O SR. MARCOS ISFER

Agradeço o aparte, porque o que é que se detém desta observação que quando é para manter a companhia energética em mãos do povo paranaense como seu acionista, não digo majoritário, mas do seu acionista com o poder de decisão, não vale, aí não é um bom negócio, aí o “seu” Ingo entrega a comercialização para seus apaniguados, dizem até que seus testas-de-ferro, e a partir daí os contratos sobem, as multas sobem e aí pode!

Então, me parece que há no mínimo aqui um grande contraditório e um pior contraditório ainda, quando nós observamos que esta empresa não pode ser vendida da forma como está a Copel, porque ela tem inúmeras empresas que não estão legalmente constituídas. E terceiro, ainda, nós não podemos em momento nenhum deixar de observar a falta de observância legal e a falta de caráter com relação a esta Assembléia.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

É rápido o aparte que quero fazer a V. Exa. deputado Marcos Isfer, porque me parece o seguinte, a Copel tem 70 anos, sempre vendeu energia, perto de 70 anos, que seja 60!. É 60 e alguns poucos anos, sempre vendeu energia e agora, há dois anos atrás, monta-se uma empresa sem que ninguém tome conhecimento para ter única e exclusivamente o lucro da venda da energia que a própria Copel gera, transmite, distribui e sempre vendeu.

Mais do que isso, a pergunta que faço a V. Exa.: caso a Copel seja privatizada, como há esse contrato de 10 anos, a empresa que comprar a Copel será obrigada, do ponto de vista jurídico, a obedecer esse contrato ou terá que pagar essa multa escandalosa no caso do rompimento do contrato, ou será que no acordo de venda da

própria Copel, não está embutido junto ao comprador exatamente a manutenção deste excelente negócio para alguns amigos do governador do Estado do Paraná e para alguns amigos da diretoria da Copel?

Eu queria sugerir a V. Exa. que além dessa discussão no Plenário da Assembléia, eu acho que a opinião do deputado Cezar Silvestri é relevante, e nós devíamos estudá-la e aprofundá-la já na próxima reunião da Bancada da Oposição, da possibilidade que a gente entre com uma Comissão Parlamentar de Inquérito especificamente para avaliar a forma como foi realizado este acordo entre a Tradener, a constituição dessa empresa e a Copel, mas eu vou à frente, eu vou além, eu acho que amanhã mesmo nós devemos reunir alguns advogados para estudar todas as medidas judiciais, ação popular, todas as ações no que pode ser entrado junto ao Poder Judiciário do Estado do Paraná e na Justiça Federal para bloquear esse tipo de acordo, que no meu entendimento é lesivo aos interesses do Estado do Paraná, é lesivo aos paranaenses e sobretudo é lesivo aos acionistas da Copel.

Muito obrigado!

O SR. MARCOS ISFER

Agradeço o aparte e quero corroborar ao que diz V. Exa, porque quando nós sugerimos que a Copel vendesse as suas participações, o presidente da Copel nos disse que elas pouco valiam, mas realmente se são contratos como estes, nós não sabemos o que isto vale e o que deixa de valer, tanto é que a Tradener, na hora da avaliação, aparece com valor negativo no negócio a ser realizado na venda da Copel. E o que é pior ainda, por que é que a Constituição Federal e a Constituição Estadual prevêm que cada caso da sociedade tem que passar pela autorização legislativa para se evitar esse tipo de maracutaia, de acordo? E o que é pior ainda, senhores, quantas serão as outras empresas de que a Copel é sócia e que haverão acordos de gaveta como esses que aqui estão?

Pois não, deputado Algaci.

O Sr. Algaci Tulio

Muito obrigado, deputado Marcos Isfer. Posso já lhe adiantar que pelo menos mais três além dessa que V. Exa. está falando, da DGW, é isso?

O SR. MARCOS ISFER

Estou falando da Tradener e de onde aparece um ex-diretor da Copel como sócio, da noite para o dia.

O Sr. Algaci Tulio

Sem capital social, tudo isso V. Exa. já falou, nós já denunciemos nessa mesma tribuna por ocasião da privatização da Copel e também há quatro ações populares já encaminhadas naquele período e que até hoje me parece não temos o resultado na questão da Justiça, que o fórum contra a venda da Copel também entrou com essas ações populares. Então são quatro empresas que estão na mesma situação dessa que V. Exa. acabou de falar e tam-

bém estão aí me parece apadrinhados, indicados por pessoas ligadas ao Governo do Estado, indicadas por pessoas ligadas até à própria Copel, aposentados da Copel, como V. Exa. falou.

Estou aqui reforçando o seu argumento dizendo dessa barbaridade que não se pode admitir e que se pode ficar numa resposta como recebeu V. Exa. dizendo que não tem sentido, não entendi bem direito qual era, nem assinado está, quer dizer como se a Assembléia recebesse e ficasse calada diante disso!

Nós temos que tomar mais uma ação mais judicial nesse sentido para poder evidentemente, acabar com essa folia que se tem aí, que se faz empresas para apadrinhados para pegar parte do bolo da Copel que vem por aí.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Marcos Isfer, quem é o ex-diretor da Copel que aparece nessa empresa?

O SR. MARCOS ISFER

Walfrido Avila.

O Sr. Nereu Moura

É uma pena que eu não tenha um aparte deputado, até para que V. Exa. possa respeitar o Regimento Interno, mas amanhã, nós vamos abordar sobre esse assunto: mais esse escândalo do governo Jaime Lerner.

O SR. MARCOS ISFER

Só quero deixar claro, que é muito importante que a mesa desta Casa, dentro do requerimento que nós formulamos, disponha condições aos senhores deputados para que possam efetivamente investigar um assunto dessa envergadura.

Se isso não for feito nós estaremos sendo coniventes com o que se passa hoje, dentro do Estado do Paraná com relação a essa empresa, ou seja, nós estaremos dando um atestado à população paranaense que essa Assembléia não tem zelo e cuidado com o dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, o deputado Edson Strappasson.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

V. Exa. na abertura da Sessão dessa tarde, eu estava inscrito na seqüência, porque esperava a presença, que aqui se encontram os senhores funcionários públicos, do nosso Poder Legislativo.

Falei naquela oportunidade e eles aqui não se encontravam.

Peço permissão para ler o requerimento novamente a V. Exa. para que a Casa e, principalmente os funcionários, tomem conhecimento.

(Lê):

“Senhor Presidente:

Vimos por intermédio do presente, solicitar de V. Exa. e dos demais integrantes da Mesa Executiva desta Casa, que contemple as necessidades de modernização deste Poder, dando prioridade à estrutura funcional dos servidores ativos e inativos, implantando o Plano de Cargos Carreiras e Salários, resolvendo definitivamente o impasse das baixas remunerações da classe de servidores que fazem da Assembléia Legislativa, motivo de honra e orgulho para todos nós parlamentares.

Se partirmos do princípio das prioridades, a implantação do plano ora sugerido, deveria ter sido o primeiro ato da atual Mesa, em reconhecimento aos trabalhos prestados pelos nossos queridos funcionários. Não discordamos do processo de maturidade e de desenvolvimento desta Casa, mas não podemos nos calar diante dos servidores e suas famílias, uma vez que temos conhecimento que muitos deles se encontram em sérias dificuldades financeiras até mesmo para suas necessidades básicas.

Uma empresa forte, um Parlamento forte, é constituído de grandes valores, e esses valores, senhor presidente, senhores pares, são feitos dia-a-dia pelas mãos e mentes daqueles que dedicaram suas vidas em prol desta instituição, fazendo valer o princípio da fidelidade, do companheirismo. E essas pessoas não precisam apenas de uma nova ferramenta de trabalho ou de nova estrutura física. É preciso, antes de tudo, dar aos nossos funcionários a qualidade de vida que eles merecem e acima de tudo, a tranqüilidade de seus lares.

Certos de podermos contar com seu empenho, aproveitamos a oportunidade para renovarmos votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI

LUIZ CARLOS ZUK

Apoiamento:

Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Antonio Belinati, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Hidekazu Takayama, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Nelson Garcia e Pastor Edson Praczyk.”

Quero, senhor presidente nesta oportunidade, conversando com o ilustre 1º secretário desta Casa, deputado Valdir Rossoni, que já tivemos a anuência do deputado que apresentou um projeto semelhante a esse requerimento nosso, que o deputado Antonio Anibelli, o próprio deputado Rossoni reconhece de que isso é necessário e nos transmitia que, na maior brevidade de tempo possível, dentro daquilo que realmente a 1ª secretaria desta Casa e

a presidência oferecer os meios e os recursos, esse nosso propósito será alcançado para que o funcionário desta Casa, não continue no estado que se encontra de uma quase miserabilidade total.

Obrigado pela deferência, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Em função desse mesmo assunto que o deputado Luiz Carlos Zuk aborda, ontem, teve algo meio *sui generis* aqui na Assembléia Legislativa, mas que é emblemático do período e da situação, que a Assembléia atravessa.

Os deputados Neivo Beraldin, Ribas Carli e o deputado Strapasson, reunidos ontem, chegaram a uma constatação de que o dia de hoje pela manhã às 10h00 da manhã, estava com horário marcado para a Comissão do Meio Ambiente, para a Comissão de Obras Públicas e para a Comissão Especial que investiga os problemas das Universidades no Estado do Paraná.

No mesmo horário.

Mais ainda, o plenarinho da Assembléia Legislativa já estava requisitado para a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os problemas da CPI da Telefonia. Além disso, tinha uma Audiência Pública solicitada pelos alunos das Universidades Estaduais do Paraná, daquele programa, PET (Programa de Especialização de Trabalho dos Alunos). Foram canceladas todas as reuniões na Sala das Comissões no dia de hoje. Um deputado de cada Comissão não sabia quem tinha na realidade trazido o problema para outra Comissão. Tanto é que o Ramiro, secretário da Ciência e Tecnologia, que era para estar aqui hoje, foi cancelado para amanhã.

Digo isso porque me traz muita felicidade saber deste fato. Significa o seguinte: depois de muito tempo, estou há 6 anos aqui nesta Casa, as Comissões da Assembléia Legislativa seja pela disputa de Poder, pelos 24 deputados, os 27, 28 do Governo mas de alguma maneira a Assembléia Legislativa está funcionando a todo vapor. Todos os deputados da Situação e da Oposição tem interesses por mais diversos que sejam a comparecer nas comissões, a opinar, a requisitar projetos, a buscar o aperfeiçoamento do Poder Legislativo. Isto é bom para a Assembléia, isto é bom para o Paraná.

Nós não podemos, além de perceber essa mudança significativa na Assembléia, de que nesses últimos tempos quem tem dado o suporte e quem vai dar o suporte para que a Assembléia seja melhor, é o seu corpo funcional. Acho que chegou a hora, aliás já passou a hora, que a Assembléia Legislativa trate o seu corpo funcional da maneira que ele merece. E que possamos, através de algumas atitudes, estimular com que os nossos técnicos sejam os melhores técnicos do ponto de vista do serviço prestado para o Paraná.

O deputado Luiz Carlos Zuk e eu estamos fazendo esse requerimento e gostaríamos que o deputado Valdir Rossoni, Anibelli, Vossa Excelência que é o vice-presidente e o deputado Hermas Brandão, olhassem com carinho.

Em outras Assembléias já existe Plano de Cargos e Salários. O Tribunal de Contas já deu reajuste diversas vezes para os seus funcionários. A prefeitura está dando de forma diferenciada para os seus funcionários. O Poder Executivo tem dado nesses últimos anos, se não para todos, dá para alguns e quando não dá cria cargos comissionados e gratificações para atingir determinados extras. Do poder público o único setor, seja técnico, seja o funcionário mais simples que trabalha no elevador quem não teve um único reajuste nos últimos 7 anos são os servidores da Assembléia! E se nós queremos fazer da Assembléia um modelo, aperfeiçoar o seu serviço para a comunidade, passa pela qualificação dos funcionários. E não podemos cobrar qualificação com os salários na situação em que estão.

Então, o apelo que fazemos é de duas naturezas. Primeiro, é preciso modernizar mais, deputado Valdir Rossoni, é preciso ter mais uma sala de reuniões, é preciso ter mais condições de trabalho. Muito já foi feito e foi feito muito bem até agora. Mas sobretudo, agora valorizar o ser humano que trabalha aqui, e é merecedor dessa confiança.

Então acho que os 54 deputados vão apoiar qualquer atitude da Mesa Executiva que vier no sentido de melhorar a situação e valorizar o trabalho dos funcionários aqui na Assembléia.

Nós podemos fazer isso de várias maneiras, através do ato da Assembléia ou através, agora, da discussão do Orçamento.

Gostaria que a Executiva olhasse com carinho, porque acho que estou falando em nome de todos os deputados da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero também fazer coro a essa reivindicação que faz o deputado Vanhoni em nome de toda a Assembléia, tenho certeza.

Estamos aqui, há quatro legislaturas e toda vida a Assembléia, os parlamentares votam as melhorias para o Poder Judiciário, para o Poder Executivo, mas para a Casa, nunca, sempre é difícil, fica na dependência da vontade isolada do presidente do Poder ou da Comissão Executiva daquele momento! Felizmente hoje estamos com outra Executiva, com outra visão. Sabendo que nesta Casa até algumas injustiças foram cometidas nas demissões de quase dois mil funcionários CLT's, porque alguns trabalhavam, sim. Outros, não. Os que trabalhavam pagaram pelos que não trabalhavam. Hoje, alguns parlamentares, acho que a maioria, assumiu no seu gabinete um, dois, três ou até quatro funcionários que já trabalhavam em situação irregular. Quer dizer, se nós estamos aqui fazendo leis para regularizar, para fazer com que a coisa seja transparente e positiva, como é que a Casa pode continuar a cometer alguns erros, como cometeu na contratação irregular?

Por isso, senhor presidente, nós que sempre reclamamos pelo pessoal da taquigrafia, que é um setor bastante usado, exigido aqui pela Assembléia, com cinco CPI's tramitando, com comissões internas que nunca na história da Assembléia, deputado Vanhoni, funcionando constante e simultaneamente! Hoje, por exemplo, nós tínhamos a Comissão de Ecologia funcionando pela manhã, tínhamos a CPI da Telefonia funcionando pela manhã, tínhamos a Comissão de Educação funcionando pela manhã, no mínimo três comissões. E, ainda, a CPI do Fórum, que estava numa sala improvisada na biblioteca da Casa. Quer dizer, de nada adianta dizermos que a Assembléia produz, que a Assembléia trabalha, se o seu funcionário é sobrecarregado. Os poucos que trabalham e que estão aqui na Casa, graças a Deus, são mal remunerados.

Eu acho que não faz mais do que a obrigação a Assembléia e a Comissão Executiva e nós todos, parlamentares, reconhecermos o trabalho deste pessoal que está aqui, que não tem hora para ir para casa. Porque funcionário da Assembléia é diferente do funcionário do Poder Executivo. Seis, cinco horas, vai embora. Não tem expediente pela manhã. Só trabalha à tarde. Aqui, trabalha o dia inteiro e além disso, fora do horário normal.

Por isso, quero me somar, também, a estas reivindicações.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Acho que todos os funcionários levantaram a questão. A Comissão Executiva da Assembléia, com toda certeza, vai estudar com todo o carinho esta possibilidade.

Gostaria de que se fosse pelo mesmo assunto, deputado Cezar Silvestri, todos os deputados são solidários em relação a isto.

Só gostaria que V. Exa. fosse breve.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Serei bastante breve. É só para fazer justiça, porque a Mesa Executiva, há alguns meses atrás, apresentei um projeto que implantava o vale-transporte aos funcionários da Assembléia Legislativa. E houve sensibilidade por parte da Comissão Executiva. Quero em meu nome e em nome de todos os funcionários da Casa, agradecer a Mesa Executiva.

E, também, aproveitar a oportunidade, senhor presidente, porque estou apresentando um requerimento, hoje, solicitando regime de urgência para um projeto que institui o vale-refeição aos funcionários da Casa. A grande maioria das empresas privadas e públicas de nosso País fornece o vale-refeição aos funcionários. E aqui na Casa, infelizmente, não temos ainda este privilégio, que onera pouco a folha de pagamentos, senhor 1º secretário Valdir Rossoni.

Conheço o deputado Valdir Rossoni, conheço a sua sensibilidade. É uma pessoa de origem humilde, muito sensível às causas sociais. Conheço o deputado Anibelli,

que sempre se preocupou com os funcionários da Casa, em todos os seus pronunciamentos ao longo dos dez anos que está aqui comigo, e conheço, também, o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, que também tem a mesma sensibilidade.

Tenho a certeza absoluta de que se depender da Mesa Executiva e de todos nós, deputados, teremos aprovado o regime de urgência para este requerimento, que institui o vale-refeição aos funcionários da Casa, e também teremos a aprovação, por parte de todos os deputados.

Tenho certeza absoluta disto. E agora, aproveito a oportunidade, para pedir o voto de todos os senhores deputados.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Economizando o tempo de V. Exa. e dos demais deputados, aonde eu iria usar do Grande Expediente para tratar do mesmo assunto, reiterando nossa preocupação com os nossos funcionários, mas com todos os funcionários que fazem parte da família da Assembléia, que são com toda certeza, do mais novo funcionários, de cinco ou seis anos, ao mais antigo, de trinta anos, injustiçados perante os demais Poderes.

Por isso, faço não só nas minhas palavras, as palavras dos nossos companheiros do PFL, de todos os que fazem parte do Governo, da Bancada do Governo, mas reiterando a preocupação que temos, só para equacionar e tentar equilibrar este desequilíbrio entre os Poderes: o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, com todo o respeito a esses Poderes, que nós tivéssemos só a equiparação com os mesmos cargos e salários destes Poderes, nós já teríamos uma transformação na Assembléia, teríamos não só a dedicação muito maior dos funcionários, que muitas vezes tentam buscar outros empregos fora da Assembléia, terceirizando, até, seus préstimos e serviços, e buscando realmente tentar equacionar, com todos os deputados que querem a justiça, aonde nós fazemos a justiça e fazemos as leis.

Vamos ser justos aos irmãos da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulto aos senhores deputados que querem se manifestar, se pode valer pelo Horário das Lideranças, senão o nosso orador fica na tribuna.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, procurarei ser breve e como todos falaram eu fico numa situação até de dificuldade, porque eu sou o Líder das Oposições.

Então, quero me somar a todas as manifestações que foram feitas aqui, eu quero acreditar que alguma coisa poderá ser feita. Eu acho que nestas horas nós temos que ser razoáveis e caminharmos na direção de concretizarmos alguma coisa. Acho que quem está sete

anos esperando que alguma coisa apareça, não tem mais paciência para ficar ouvindo discursos e mais discursos.

Quero dizer que nós da Oposição, senhor presidente, falamos quando tem platéia e quando não tem platéia.

O que nós queremos é alguma coisa de concreto. Desculpas, muitas vezes, esfarrapadas são apresentadas àqueles que, muitas vezes, não cobrem nem as necessidades mais prementes dentro das suas casas, portanto, senhor presidente, vamos ver se nós temos competência para sermos dignos! Vamos nos colocar à altura das necessidades daqueles que aqui na Assembléia Legislativa fazem também a Casa do Povo funcionar. O resto, é conversa fiada, senhor presidente!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, com a licença do ilustre deputado Edson Strapasson, que aguarda pacientemente, na verdade o que está acontecendo aqui é uma falta, quem sabe, de reordenarmos as coisas.

Quantos procuradores a Assembléia Legislativa tem, aposentados?

Quanto ganha um procurador da Assembléia Legislativa, aposentado? Quanto a Assembléia Legislativa gasta com os deputados aposentados?

Eu tenho um feito. Apresentei a lei que extinguiu a aposentadoria dos deputados estaduais, porque se nós deixássemos continuar do jeito que vinha acontecendo, no futuro, quem sabe nós teríamos grande parte do orçamento, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal para pagar ex-deputados e para pagar procuradores da Assembléia que eu não sei onde, alguns poucos trabalharam muito e, ainda, trabalham e outros não sei o que é que procuraram, porque eu estou até hoje procurando um parecer e não achei, e eu sei que a Assembléia tem mais de 100 procuradores aposentados e que ganham, eu não sei o número exato, mas com certeza é mais de 11 mil reais!

Por isso, os pequenos estão sofrendo!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pequeno Expediente, deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados.

Aguardei com paciência os encaminhamentos justos feitos pelos deputados e eu queria fazer coro aos seus encaminhamentos, especialmente do nosso líder, deputado Pugliesi, em relação a esta questão do plano de carreira.

Inicialmente, queria fazer um encaminhamento, dizendo que eu fui prefeito do município de Colombo e tive a oportunidade de elaborar o estatuto, um plano de carreira que privilegia aqueles que possuem um desempenho eficiente, para que possamos valorizar aqueles que, efetivamente trabalham. Não há nada que deixe a pessoa mais indignada, não somente pelo baixo salário, mas

pelas injustiças salariais. Quando você trabalha e ganha pouco e vê pessoas que não se dedicam como deveriam, ganhando mais do que você ganha, isso cria uma indignação, uma revolta e provoca um retrocesso no serviço público!

Quero crer que esta Casa dará o exemplo muito rápido para que haja um plano de carreira discutido, que possamos ser, no mínimo, mesmo que tardiamente, justos para com aqueles que realmente trabalham. Desta forma não adianta requerimentos, manifestações aqui, mas a vontade da Mesa e dos deputados para que tenhamos, ainda este ano, o funcionamento ou a aprovação desse plano de carreira na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria de encaminhar duas questões. Uma delas é dizer da nossa alegria em poder estar encaminhando um requerimento de votos de aplausos, de louvor à delegação de natação do município de Colombo.

Participando dos primeiros Jogos Abertos do Estado do 3º Milênio e 44º Jogos Abertos do Estado do Paraná na cidade de Toledo, nos dias 13 e 14, tivemos a felicidade de, mesmo com uma delegação reduzida, onde temos as grandes cidades - Londrina, Maringá, Curitiba, Foz do Iguaçu, que levam uma delegação bastante competitiva, com patrocínio, com apoio e fazem um desempenho à altura da delegação. Colombo, com uma delegação minúscula, com poucos recursos, conseguiu se sagrar campeã da equipe masculina de natação nos Jogos Abertos do Estado do Paraná. Na equipe feminina conseguimos o 4º lugar geral de classificação. Sabemos e conhecemos os atletas da nossa região. Muitos deles nos orgulham muito, como o atleta Guilherme Gonçalves Ferreira, que levou 6 medalhas de ouro neste evento. Ele que foi representar o Estado do Paraná em Florianópolis e se consagrou campeão sul-brasileiro de natação. Mesmo assim um atleta que trabalha com dificuldade, oriundo de família de classe média-baixa e que trabalha com muita dificuldade, mas a persistência do atleta faz com que tenhamos resultados consagradores e enobrecedores para a nossa região. Apesar de, muitas vezes, esse tipo de atleta não receber apoio do governo e nem daqueles grandes grupos econômicos que financiam e patrocinam. Esses atletas anônimos que trabalham e treinam às suas próprias custas com sacrifício. E não têm, ou nunca tiveram o apoio do governo do Estado do Paraná que deveria estar em cada momento, procurando destacar, apoiar os atletas nativos do Estado. Infelizmente o governo do Paraná, em algumas modalidades, optou por trazer para cá grandes estrelas nacionais do basquete ou do vôlei, contratar, através de contratos milionários, alguns treinadores, e ali descarregam todo apoio do Governo, muitas vezes para querer fazer a grande mídia nacional que o Estado do Paraná é um Estado que investe no esporte.

Infelizmente, vemos por aí o esporte de base sendo tratado com menosprezo e muitas vezes com desrespeito,

a ponto de que tivemos, recentemente, o atleta João Vinícius Trauthman, que é o campeão paranaense dos Jogos da Juventude, que foi a Recife representar o Estado do Paraná. Para representar decentemente o Estado, precisava levar o seu técnico da ADB - já que não possui dinheiro para pagar um técnico particular - e nós não conseguimos nada através do Governo, exceto do COB - Comitê Olímpico Brasileiro, que paga e repassa as passagens aos atletas, tendo que eu, pessoalmente, e a sua avó, que é uma professora aposentada do Governo do Estado, que ganha mais ou menos trezentos e poucos reais, tirar o dinheirinho sagrado da poupança, para colaborar no patrocínio, na colaboração do desempenho desse atleta.

Atos como esse, senhoras e senhores, nos deixam muito tristes, ao ver, que realmente, muito dinheiro muitas vezes é alçado para os atletas de ponta, que muitas vezes não são ou nem representam o Paraná. Ao invés de investirmos na base, naqueles que realmente são os paranaenses que deveriam receber os recursos do Governo do Estado, para que possam crescer e representar de forma brilhante o Governo, o Estado e os paranaenses.

Uma outra questão, nesse encaminhamento, gostaria de colocar aqui, uma denúncia que é objeto de requerimento, que estamos encaminhando à Mesa desta Casa, aliás, dois requerimentos, aonde requer-se uma atitude emergencial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Que, apesar de ser uma empresa até tida como eficiente em muitas cidades, muitas vezes, com trabalho até reconhecido em muitas regiões. Infelizmente, senhores deputados, na região metropolitana de Curitiba, o serviço do Correio é catastrófico.

Temos casos, na região metropolitana, aonde a cada dia centenas e centenas de pessoas reclamam, como têm feito em vários municípios, especialmente no município de Colombo, devido ao atraso constante nos serviços do Correio da Região Metropolitana.

Temos casos, como o município de Itaperuçu, deputado Algaci, que não possui distribuição dos serviços de Correio. As cartas que chegam endereçadas aos habitantes de Itaperuçu são remetidas pelo Correio de Rio Branco até o posto central e daí para frente, cabe aos moradores pagarem um serviço de motoboy, pagando R\$3,00 a R\$5,00 por habitante, por residência, para que eles possam receber uma correspondência, senhores deputados, que vem de outras regiões, muitas vezes emergenciais e que acabam chegando tardiamente, infelizmente.

Não se justifica, em hipótese alguma, esse descompromisso do serviço de correio. Muitas vezes se fala que é barato, mas queria dizer que apesar da carta social ser muito barata, ela somente é possível, senhores deputados, quando você faz o endereçamento manuscrito. Que, evidentemente, na atual realidade, é quase inexistente.

Agora, inventaram um nome para as cartas tradicionais, que muitas vezes não são comerciais, mas são interesses de pessoas físicas, profissionais liberais, que a carta comercial, que aumentou 38% o valor da tarifa,

agora no mês de julho, passando de R\$0,40 (quarenta centavos) para R\$0,55 (cinquenta e cinco centavos) a postagem.

A carta não comercial, passou de R\$0,27 (vinte e sete centavos) para R\$0,40 (quarenta centavos), aumentando em quase 50% no valor tarifário.

Não fosse isso, os serviços de Sedex da região metropolitana, chegam tardiamente, a ponto do que tivemos lá no município de Itaperuçu, o senhor Osvaldo Garrea, que ao receber um Sedex, emergencial, de Foz do Iguaçu a Itaperuçu, ele teve que esperar, senhores deputados, oito dias, para que pudesse receber essa correspondência.

As reclamações são muitas, muita gente está pagando muitas multas advindas de boletos bancários que são remetidos pelo Correio, e acabam chegando tardiamente.

Temos reclamações, denúncias mil, de pessoas que não recebem sua correspondência, e acabam encontrando muitas vezes na casa de outras pessoas, pela irresponsabilidade, infelizmente, de alguns funcionários do Correio, que acabam muitas vezes entregando em qualquer lugar.

Evidentemente, o serviço, apesar de não ser uma responsabilidade direta do poder estadual, está afeto a todos nós deputados, e é preciso que, urgentemente, o Correio se manifeste e dê respostas, porque a resposta que temos ouvido, especialmente em Colombo, senhores deputados, é que não existem funcionários suficientes.

Ora, se o Correio aumentou em 50% o valor das tarifas, não há o que justificar o porquê de não ter funcionários!

Se existe algum funcionário irresponsável, cabe ao Correio corrigir e responder.

Nesta questão do Correio, com certeza vamos nos aprofundar, especialmente em Itaperuçu, onde não é possível que um município que está aqui colado na grande cidade metropolitana, com a grande capital ecológica, cantada em prosa e verso, não tenha a nível pior que o Nordeste brasileiro.

Infelizmente, essa é a realidade e caberá a esta Casa, convocar e pressionar o Correio, para que ele atenda o cidadão pelo que paga. Se não for pelo que ele merece, pelo menos pelo valor que ele paga, nós merecemos um atendimento digno de cidadão, e não ficaremos à vontade do Correio, de acordo com a região que ele entrega.

Era isso, senhores deputados, e obrigado senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. CARLOS SIMÕES

Pela ordem, senhor presidente!

(Assentimento)

Bem objetivamente, quero dizer que eu achei um milagre, senhor presidente.

Recebi na esquina, vindo para a Assembléia, e mostrei aos servidores aqui da Assembléia, que ganham trezentos reais por mês, que o senhor Nelton Miguel Friedrich, é aposentado da Assembléia do Paraná, foi quatro anos deputado, ganha limpo, um mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e três centavos. Bruto, seria em torno de um mil e oitocentos!

Estamos pedindo, oficialmente, informações à Casa, à direção da Casa, e estamos entrando com um projeto de lei, para o fim de moralizar, já que esse indivíduo, esse sujeito prega tanta moral no Paraná, e não tem moral para isso!

Estamos entrando com um projeto de lei, já com apoio de vinte e oito deputados, pedindo a extinção imediata de aposentados, deputados aposentados com apenas quatro anos de mandato.

Então, senhor presidente, faço esse comunicado também à imprensa, e peço oficialmente à Assembléia, informações oficiais para saber se de fato, o grande paladino da moral do Paraná, Nelton Friedrich, está aqui o cheque assinado pelo presidente, pelo secretário, pelo tesoureiro da Assembléia.

E realmente, ele é aposentado com apenas quatro anos de serviço público, prestados ao povo do Paraná!

Servidores, vamos moralizar a Assembléia Legislativa do Paraná!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pequeno Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem!

(Assentimento)

Deputado José Maria, peço licença a V. Exa. para dizer ao deputado Carlos Simões, não tenho procuração para defender o deputado federal Nelton Friedrich, mas sou companheiro dele, de Partido, e acompanho a sua vida pública há muito tempo. Deputado nota “10” na Constituinte, um dos homens públicos mais respeitados do Brasil, um homem extremamente sério, que talvez esteja recebendo essa aposentadoria que não foi ele que instituiu na Assembléia Legislativa.

Se há erro, há de todos os deputados estaduais que, naquela ocasião, votaram favoravelmente esta lei. E vive, hoje, talvez graças a essa aposentadoria, como ilustres deputados que já passaram por esta Casa, como Trajano Bastos, que foi presidente da Assembléia Legislativa, meu adversário político, adversário político do meu pai, mas uma das pessoas que tenho maior respeito e admiração.

Vivem, graças a essa aposentadoria de um mil e quinhentos reais!

Não acho imoral! Acho mais imoral votar a favor da venda da melhor empresa de energia elétrica do Estado do Paraná. Não posso aceitar que digam que ele não tem moral para defender a Copel, por receber essa aposentadoria que não foi ele que instituiu.

Se houve erro, houve erro de todos os deputados estaduais que votaram naquela ocasião!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente. Recebi esse panfleto do qual o deputado Carlos Simões fez referência. Preciso alertá-lo e os outros deputados que estão circulando com esse panfleto, eu não vejo nenhum problema em circular esse panfleto, mas quero levantar uma discussão aqui.

Acho que atacar pessoalmente, isso daí faz um ataque pessoal, é tentativa de fazer um ataque pessoal, porque o Nelton Friedrich e o meu pai, que também foi um aposentado e hoje já falecido, e foi aposentado não só como deputado, mas como funcionário público e teve a junção dos seus vencimentos, minha mãe recebe a pensão hoje, atinge a todos.

Eu não gostaria de ver que aposentados, ex-governadores, comesse a circular pelo Estado do Paraná a fotografia de ex-governadores do Estado com a aposentadoria que recebem e com o valor integral.

Eu não gostaria de ver, de ex-senadores, panfletos circulando pelo Estado do Paraná, com a aposentadoria que recebem, assim como não gosto de ver de ex-deputados, que contribuíram e têm uma conduta ilibada, como exemplo do Cezar Silvestri, do Trajano, que vive lá na Ilha do Mel recebendo um mil e poucos reais e que não teve uma mácula do ponto de vista da sua atividade enquanto político.

Se a legislação, no passado, permitia esse tipo de excecências, não apenas para parlamentares mas também para membros do Poder Executivo, é fácil lembrar que o ministro da Previdência, o ex-deputado federal Reinhold Stephanes, que conduziu a Reforma da Previdência, teve uma aposentadoria de quatro mil reais, trabalhando apenas três anos na Prefeitura de Curitiba. Todos nós e o Brasil inteiro, sabe disso.

Acho que lançar mão desse tipo de argumento para macular a figura das pessoas, estamos em um terreno perigoso!

Então eu gostaria de fazer esse alerta ao deputado Carlos Simões, ao deputado Ricardo Chab, que também estava com esses panfletos na mão, e outros deputados, é grave esse tipo de acusação, é leviandade querer macular o trabalho do Nelton Friedrich na defesa da Copel, porque ele comunga do trabalho de milhares e milhares de pessoas, porque ele recebe uma aposentadoria, hoje, legítima e legal, porque é de direito, assim como outras pessoas e personalidades públicas do Estado do Paraná, os ex-governadores, os ex-senadores.

Então, não vamos abrir esse tipo de combate, vamos combater naquilo que temos que combater: nas

idéias, na decência, na dignidade! É assim que fazemos a política crescer e não com esse tipo de procedimento!

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, acho bom que esse assunto venha à discussão. Acho bom! Não acho criminoso. Agora, nós vamos fazer um pedido, vamos acrescentar ao pedido do deputado Carlos Simões, que todos os deputados aposentados da Casa sejam colocados para que o Paraná saiba.

Nós sabemos que aqui tem deputados que exercem mandato e que são aposentados também. Por que o Nelton Friedrich? Por que usar o Nelton Friedrich, senhor presidente? Porque o Nelton é o presidente do Fórum contra a venda da Copel?

Ora, nós não vamos aceitar! Se é para discutir, vamos discutir, vamos discutir por inteiro, mas não vamos aceitar uma ofensa contra o fórum popular que defendeu a Copel!

Senhor presidente, nós iremos, sim, subscrever o requerimento para saber quem é que está aposentado aqui nesta Casa, quem são os deputados que se aposentaram, vamos fazer extenso, mas não vamos aceitar uma ofensa deste tipo, não vamos aceitar, até porque o deputado Cezar Silvestri falou aqui, o ex-deputado Nelton Friedrich, que não é do meu partido, mas é sim um homem íntegro e merece o nosso respeito e que se conseguiu esta aposentadoria não foi com falcatuas, não foi com imoralidade, foi se utilizando do benefício da lei que lhe permitiu, e se tiver que acabar com esta aposentadoria tem que acabar com todos aqueles que estão aposentados aqui, por esta Casa!

Por isso não vamos aceitar pacientemente este tipo de ofensa contra um homem íntegro e que merece o nosso respeito.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

O assunto é pertinente, senhor presidente, e eu gostaria de fazer a seguinte observação na questão de ordem. Primeiro, o Nelton Friedrich tem um passado, uma história que evidentemente não deixou marcas feias.

Mas, eu gostaria de evoluir nesta discussão, porque há algum tempo atrás, eu aprovei um requerimento aqui pedindo quem são aposentados que transformam os 90 milhões por mês e a Secretaria da Administração não revelou os nomes, porque, se revelasse, lá estaria o Saul Raiz, que trabalhou não sei se dois ou três dias no Tribunal de Contas e requereu a sua aposentadoria. Lá estaria o ex-prefeito de Campo Largo com quase doze mil reais por mês, porque foi auditor por algumas horas, lá. Os noventa milhões de reais por mês do Parana Previdência não estão destinados à maioria do povo que se aposentou. Estão, sim, destinados à minoria de privilegiados deste Estado e deste País que consomem o dinheiro do povo! Esta discussão dá gosto de discutir! Esta discussão, se formos a fundo, vamos chegar exatamente aonde deve-

mos chegar: refazer as coisas, remexer. Por que é que alguém ocupa cargo hoje em outros setores e ganha como aposentado da Assembléia Legislativa? Por que tem conselheiro que foi deputado, é conselheiro, recebe como conselheiro e recebe também como ex-deputado estadual? Isto significa dizer o seguinte, o Poder tem o orçamento e parte deste orçamento está indo na mão daqueles que não precisam!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Acho que esta matéria é uma matéria que, se não fizer bem, mal também não vai fazer. Aquele que tem a sua aposentadoria, deve mostrar. Se for o quatro anos o povo também vai poder julgar.

Agora, eu queria só deixar claro aqui que estou promovendo inclusive pessoalmente uma campanha das emendas que foram apresentadas aqui por todos os parlamentares, a chamada rubrica 005 que é o dinheiro da Copel, que está hoje aflorando à flor da pele em todo o Estado do Paraná, com excessão eu acho que do PT, todos os deputados apresentaram, e já está no meu gabinete, estou fazendo o trabalho.

Agora, guerra é guerra com todos os seu horrores. Acho que o ex-deputado Nelton Friedrich que eu conheço e sei que é uma pessoa íntegra, convivi com ele, tenho respeito profundo por ele, agora quem fala o que quer ouve o que não quer, isto é da política, isto é da vida.

Eu me sentiria envergonhado se tivesse me aposentado com quatro anos de trabalho. Agora, aqui na Assembléia todo mundo vai perder. É só viver que vai ver.

O Sr. Divanir Braz Palma

Senhor presidente, acompanhando a mesma linha de raciocínio, não quero defender aqui ninguém que fez esse panfleto, aliás, é apócrifo, mas acho que panfletagem aqui na Casa já virou moda, porque em matéria de se fazer panfleto contra quem apoiou a venda da Copel isso é comum, tem pregado até na porta de gabinete de deputado aqui na Casa. Então, acho um panfleto desse hoje de uso costumeiro, e não vejo por que estranhamento com relação a esse panfleto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, o deputado Cesar Silvestri antecipou a nossa colocação e eu fico com as suas afirmações, sobretudo porque conhece, e não fico porque o Nelton Friedrich é presidente do Partido ao qual estou filiado. Fico, porque o Nelton está sofrendo esse ataque porque é presidente do foro de defesa da Copel. Aqueles que hoje, por razões mil tiveram outras aposentadorias, hoje atacam contra o Nelton em função da sua posição contra a venda à Copel. É um homem íntegro, um político de tradição do nosso Estado, um homem que fez a sua caminhada sem deixar as pegadas que envergonham o homem público, mas o fez na construção de um amanhã melhor, de uma sociedade mais justa e portanto, o Nelton não precisa de defesa nem minha, nem do Cezar, nem do

Vanhoni, a sua vida é a sua defesa, e estamos tranquilos com relação a esta colocação.

Só reconhecemos que está sendo feito isso em função da posição que tomou, senhor deputado, mas aqui eu gostaria, sobretudo, e é sobre a Copel, de trazer uma outra questão, mais recentemente, quando nós usamos dessa tribuna, nós já dizíamos das empresas que estavam ou estariam por desistir da participação do leilão, segundo o calendário do governador Jaime Lerner, dia 31 seria entregue o melhor patrimônio do Paraná às empresas multinacionais.

Nós já dizíamos que a empresa americana iria, a ES estaria com certeza prestes a desistir desse leilão. E das onze empresas que se cadastraram, quatro já desistiram, as quatro empresas mais representativas dentro do processo, deputado Marcos Isfer. Nós vamos ficar com um time de laranjas a participar de um processo, aliás o Paraná está acostumado a laranjice, e nós vamos ver empresas de menor porte, sem condições, estarem mais uma vez dando cobertura para que o processo seja validado neste Estado.

O Governo, por muitas razões disse, senhor presidente, que ele precisa, ele quer e tem que vender porque se passar de abril o processo não tem mais condições de se estabelecer. Ora, e vamos entregar a Copel no pior momento, e o governador veio nesse último final de semana dizer que o impacto acontecido em Nova York, e em Washington, em nada afetou a economia mundial! A EDF, a Endesa, a AAS, elas se retiraram do processo porque com certeza a Copel é um péssimo investimento.

Não! Estão se retirando do processo pelas incertezas da economia mundial, estão se retirando do processo porque não têm a segurança de que amanhã os fundos que fazem parte desse processo em investimento estarão sendo remunerados naquilo que era sua perspectiva, antes do dia 11 de setembro. Este não é o momento, e só o governo, e só aqueles que defendem nesse momento a venda da Copel, acreditam que este é o momento da entrega da Copel!

Ora, ela foi subavaliada. O Pessuti teceu aqui comentário sobre o valor do ponto de consumo, de consumidor a 1.800 dólares. Nós temos, deputado Pessuti, dois milhões e oitocentos e trinta e seis mil consumidores no Paraná ligados à Copel.

Se nós fizermos uma avaliação disto e cada três milhões de dólares megawatts/hora, nós teríamos de 12 a 13 bilhões de dólares, só na geração. Se formos a qualquer técnico, especialista nesta área vão dar o número entre 35 ou 40 bilhões de reais, para construir a Copel!

Nós estaríamos entregando a Copel a este valor de 4.351 do preço mínimo, a pouco mais de 10 bilhões e meio, na sua totalidade!

Ora, não tem motivos o governo, legal e técnico de entrega da Copel, neste momento.

Por isso, a sociedade não entende e não vai entender, deputado Divanir Braz Palma, é a forma como esta Assembléia se comportou.

O que tem e não tem dúvida e o Fórum divulgou e está divulgando, a CUT divulgou. Tem um jornal aqui da região metropolitana que fez um encarte e distribuiu e não tem nada de segredo. Ele só coloca aqueles que votaram contra o projeto de iniciativa popular. Ou alguém que votou, achou que isso ia ficar também sem ser divulgado à comunidade paranaense?

Porque, no mínimo, a assunção de responsabilidade, por quem votou e por quem falou em nome do povo do Paraná.

Se nós olharmos o Salomão de mãos postas numa das fotos da Folha do Paraná, Folha de Londrina, ele diz o seguinte: "O anúncio feito nesta semana sobre a desistência da empresa Endesa e da Norte Americana AAS, no leilão de privatização da Companhia Paranaense de Energia - Copel abriu margem para que uma onda de especulações surgisse no Paraná, como surgiu na semana passada".

Ora, onda de especulação!

Especular que a Copel é a maior empresa que nós temos! Especular que o Governo está entregando a Copel! Especular que não estão claras as relações da Copel, com a "Traive" com a Copagás, com a Sercomtel, com a Sanepar! Isso é especulação?

Tem inclusive processo, ação sendo ajuizada. Eu nunca vi, senhor presidente, especulação dá uma ação na Justiça e embasada e fundamentada?

Não é especulação! É a real, é a verdadeira entrega da nossa empresa!

Aqui vale sem o discurso, mas especialmente para a Bancada que apóia o Governo. Pelo valor mínimo de quatro bilhões e trezentos e cinquenta e um milhões, se faltaram concorrentes, que me dê noção de grandeza a este leilão, nós poderemos estar entregando a Copel, pela menor valor de avaliação e com ela vai com certeza grande parte do esforço da gente paranaense. Vai, com certeza, grande parte do sonho de amanhã, de termos uma sociedade alavancada no desenvolvimento e com certeza naquilo que deveria propiciar a própria Copel.

A Copel corre o risco de ser entregue e depois, não poderemos ficar calados diante dessa entrega. Por isso, não tenham dúvidas, há necessidade de se colocar quem são os responsáveis ou quem foram os responsáveis por esta entrega e este é um fato que não tem como fugir da própria ação política, porque ela vai ser respaldada, nunca faltando com a verdade e nunca subtraindo a verdade, mas só dizendo daqueles que participaram do processo da entrega.

Já entregamos o Banestado, já entregamos parte da Sanepar, já entregamos as nossas rodovias, já entregamos parte do nosso processo educacional a terceiros, já entregamos 52,53% só neste Governo, das ações da Copel.

É hora, é o momento de a Bancada que dá sustentação ao Governo procurar fazer a leitura final deste momento, porque claro com certeza, nós pagaremos o preço da lembrança da história.

E não espero, senhor presidente, que não seja tão fatídica se isso vier a acontecer, com aquilo que anunciou aqui o deputado Pessuti, ainda com moedas podres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No horário da Liderança do PT, a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente e senhores deputados.

Quero, em primeiro lugar, me somar aos demais deputados que aqui se manifestaram em favor dos funcionários desta Casa. Dizer que sabemos de todo o trabalho de vocês, de toda a dedicação e mais do que justo, que haja essa valorização. Inclusive parabeno o deputado Ângelo Vanhoni e o deputado Luiz Carlos Zuk pela iniciativa e pelo requerimento, que estabelece o Plano de Cargos e Carreira e Salários para os funcionários.

Gostaria também de dizer, senhores deputados, que amanhã completa 30 dias de greve das Universidades Estaduais, da UEL, de UEN e da Unioeste. E durante esses 30 dias, não houve negociação para que se pudesse parar a greve que está existindo.

Teve uma assembléia hoje pela parte da manhã em Maringá, onde mais de 800 funcionários, professores, participaram, e a decisão foi de continuar com a greve. Também aconteceu uma assembléia nesta manhã em Londrina e a decisão é de continuar com greve. Na Unioeste a assembléia acontece na próxima semana, mas por enquanto continua também a greve.

E o comando geral de greve está convidando todos os deputados para uma audiência pública que vai ser realizada no dia 18/10, na próxima quinta-feira às 20h00 horas no Cine Teatro Ouro Verde, em Londrina, para debater então sobre a UEL.

Na data do dia 19.10.2001, na próxima sexta-feira, às 20h00, no anfiteatro da Unioeste, em Cascavel.

As reivindicações, senhores deputados, são básicas, mas de extrema importância para o funcionamento do Estado. E o Governo sabe bem que é preciso haver um entendimento, para que as universidades voltem ao trabalho, para que se possa dar continuidade aos trabalhos e por isso uma das principais reivindicações vai na questão do orçamento público, aonde a reivindicação é que se tenha mais recursos no orçamento de 2002 para as universidades.

O Governo fala em criar mais cursos para as universidades, mas não está dando estrutura para isto! Então, não existe forma de se poder implantar mais cursos nas universidades, se não houver mais recursos destinado para as mesmas. Da forma como está hoje, não existe mais maneiras de continuar o trabalho. Imaginem vocês, senhores deputados, se criarmos mais cursos sem condições nenhuma de dar a sustentação a estes cursos! Também está a regularização dos quadros de funcionários.

Uma outra proposta é o reajuste salarial, que vem junto com todos os demais funcionários do Estado do Paraná, que estão sem reajuste há praticamente seis anos, quase sete anos sem reajuste salarial.

Então, estas são as principais reivindicações dos professores, funcionários, das nossas universidades estaduais, da UEL, da UEM, e da Unioeste.

Portanto, senhores deputados, gostaria de reforçar o convite que é feito pelo comando de greve, e convido a todos os senhores deputados para participarem desta audiência pública que, com certeza, estaremos tomando um conhecimento ainda maior de como está a real situação hoje, onde poderemos acompanhar ainda mais os problemas ou a real situação na qual estão hoje, as universidades do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. EDSON STRAPASON (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença, nas galerias, do nosso companheiro, ex-vereador de Almirante Tamandaré, João Bugalski.

E, também informar aos nobres parlamentares que nós tínhamos marcado uma reunião amanhã, da Comissão de Obras, às 10h00 e até em função do congestionamento da Casa com relação às Comissões Parlamentares de Inquérito e reuniões, e principalmente em função da agenda do secretário dos Transportes, Nelson Justus, não poder amanhã neste horário estar presente devido a compromissos anteriormente assumidos no Porto de Paranguá, transferimos para a semana que vem, na terça-feira ou quarta-feira, dependendo da agenda e da disponibilidade da sala de comissões.

Gostaria também de registrar o nosso encaminhamento a esta Casa, anteriormente, da necessidade de termos mais uma sala de reunião, para que muitas vezes reuniões pré-agendadas tenham que ser desmarcadas, em função de excesso de compromisso.

Então, importante dizer que a urgência e a necessidade que se faz, nesta Casa, de mais uma sala de reuniões, para que nós possamos desenvolver o trabalho de comissões a contento.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário destinado ao PFL, concedemos a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, nobres pares, senhoras e senhores presentes.

Ocupamos hoje esta tribuna para falar sobre um projeto que protocolamos hoje, que acreditamos de suma importância para toda a sociedade paranaense.

Este projeto estabelece que as universidades públicas estaduais no Estado do Paraná, deverão apresentar balancete contábil de verificação, receita e despesa, men-

salmente, nos jornais de maior circulação nas cidades onde se localizam estas universidades.

Por que este projeto, senhor presidente? Quero justificar, porque é de conhecimento de todos que nossas universidades consomem 1/12 da arrecadação do Estado do Paraná, algo em torno de quase 400 milhões de reais/ano. E, na prática, o que nós vemos hoje?

As nossas universidades sendo sucateadas, os professores recebendo mal, funcionários recebendo mal, aliás, em greve há mais de 40 dias no Estado do Paraná e as instalações, a parte material, equipamentos, salas de aulas, bibliotecas em estado avançado de depredação natural e nada se faz! Nada se faz, vírgula!

Os recursos enviados para as universidades públicas do Estado do Paraná, feitas pelo governador Jaime Lerner, ultrapassaram três vezes mais corrigindo, descontando a inflação, uma vez e meia os recursos que foram repassados pelo último governador que antecedeu Jaime Lerner. Pois bem, os recursos existem, foram corrigidos e cobrados e nós estamos vendo aí esse quase caos.

Então, esse projeto tem por objetivo colocar o dedo na ferida.

É preciso que debatamos mais como é feito o gerenciamento das universidades, os critérios adotados pelos reitores para formação dos seus gabinetes e como eles trabalham para determinar as despesas, salários, funções gratificadas, aliás, nós temos recebido muitas denúncias sobre isso. Pessoas que ganham bem na universidade e ganham mais função gratificada e aí por diante.

E o que acontece na prática? Uma universidade pública que hoje é mantida exclusivamente com os impostos arrecadados, com ICMS e portanto, sustentada por pessoas de baixa renda e na verdade a universidade pública atende os alunos egressos de escolas particulares, de cursinhos de elite, filhos de classe média, cujos pais, graças a Deus, podem preparar os filhos para ingressar numa faculdade pública, pagando cursinho, dando tempo para que ele não precise trabalhar, tenha reforço de matéria onde ele está fraco, enfim, dá toda a condição para que ele se prepare para enfrentar o vestibular.

E o filho de família de baixa renda, trabalha o dia inteiro e a noite vai para a escola sem ao menos se alimentar e vai competir no vestibular! Quem sai ganhando?

Sai ganhando o filho da família abastada!

Quer dizer, a universidade pública do Estado do Paraná é o Robin Wood, onde o pobre paga para o rico estudar!

Então, o meu projeto estabelece esse balancete: é para que as universidades públicas, que são mantidas com o dinheiro do povo, sejam abertas para que as despesas e receitas sejam analisadas por toda a sociedade e vamos discutir amplamente, vamos quebrar esta caixa preta.

Se as universidades públicas realmente, precisarem de mais recursos, vamos lutar para conseguí-los.

Agora, se ela estiver precisando de um gerenciamento interno de uma ISO 9000, 9001, 9002, como fazem as empresas que não querem quebrar, que fazem autocrítica todos os dias como é que vai a autogestão, como é que elas estão funcionando neste mundo de competição.

Olha, se as universidades estiverem fazendo tudo isso, nós vamos dar os recursos. Se elas estiverem fazendo o que eu presumo, pelo volume de recursos destinados a elas, quase 400 milhões este ano, está aí no orçamento que nós vamos votar este ano, então é preciso que nós, deputados, que temos obrigação de fiscalizar os órgãos públicos, é o momento de olharmos para as nossas universidades. Se é mal gerenciamento.

Quero dar a palavra ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Agradeço o aparte, e quero dizer rapidamente que tem um projeto de minha autoria, já está tramitando na Casa, autorizando inclusive, as universidades do Paraná a contratarem gerentes com especialidade na área, independente das eleições de reitores que quase sempre o reitor que se candidata não tem conhecimento administrativo de aplicação desses recursos.

Por ter sido durante dez anos membro do Conselho Fiscal da Universidade Estadual de Londrina, eu via lá a necessidade de pessoas, de profissionais capacitados na área. Não para fazer o papel político de reitor, mas para fazer o trabalho técnico de administração do dinheiro que lá entra.

Gostaria de convidar V. Exa., os demais deputados desta Casa e a imprensa para amanhã na primeira audiência daquela Comissão Especial que Investiga as Universidades do Paraná, que foi requerida por mim e pelo deputado Ribas Carli. Amanhã vamos ouvir o secretário Ramiro, da Ciência e Tecnologia. Vamos começar por aí. Vamos participar, por sugestões de companheiros de outros partidos, a fazer a visita nas universidades, para podermos fazer esse levantamento que V. Exa. está discutindo. O Estado acha que dá muito, que gasta muito do seu orçamento. As universidades acham que recebem pouco. E a maioria absoluta da população fica sem saber o que está acontecendo.

Por que é que o Estado do Paraná não tem a mesma condição do Estado do Rio Grande do Sul, onde tem quatro universidades federais? Por que é que o governo do Estado do Paraná tem que gastar tanto com o ensino superior se o Estado do Rio Grande do Sul recebe benefício do Governo Federal?

Está faltando liderança para discutir isso em Brasília! Aí, uma cobrança dos nossos senadores, dos nossos deputados federais. Por que que o Paraná tem que arcar com tudo?

Esse é um requerimento político que a comissão amanhã, com o depoimento do secretário Ramiro, vamos começar a discutir. Pretendo ouvir alunos.

A UEL pinta no ranking como a terceira do Sul do País, quando a maioria absoluta dos alunos dos cursos reclamam do nível do ensino! Queremos saber da questão científica das universidades, se está cumprindo; a extensão à comunidade. É a hora muito boa, já que estamos querendo passar a limpo até a aposentadoria de deputado que trabalhou pouco aqui, vamos discutir também esta questão.

Quero cumprimentá-lo e convidá-lo para amanhã às 10h00 no primeiro depoimento do secretário Ramiro.

Muito obrigado!

O Sr. Marcos Isfer

Gostaria de sugerir a esta comissão, deputado Moysés, que, antes de mais nada precisa-se discutir a situação dos 14 mil contratados nas universidades sem autorização. Esse talvez seja o maior problema das universidades nossas hoje. Muitos vão começar a se aposentar e começaremos a ter uma série de problemas com esses servidores. São mais de 14 mil em todas as universidades estaduais contratados sem a autorização governamental para que isso ocorra.

Para que se faça justiça, não é apenas desse governo; vem do governo anterior. Já esse caso se manifestando.

Isso é muito importante que seja averiguado e que, amanhã seja colocado de forma clara para o secretário Ramiro qual é a solução que será dada para o problema. É uma bomba-relógio sendo jogada no povo do Paraná. É autorizado a contratação dentro da autonomia, é feito o concurso o cidadão é contratado, mas não há disposição legal para essa contratação. Inclusive, esse pessoal não aparece no balanço como pagamento de pessoal, e daí dá aqueles resultados, aqueles números diferentes, que o secretário Miguel Salomão, traz e apresenta a esta Casa!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Conto com a aquiescência do nosso presidente, porque o assunto é gravíssimo. As nossas universidades estão em greve há mais de 40 dias. Acho que o fórum ideal para se discutir é aqui na nossa Assembléia.

Tenho certeza que todos os deputados, não importa a ideologia, estão preocupados com a vinda do nosso estudante universitário e também com a vinda dos nossos estudantes que vão precisar das nossas universidades públicas, principalmente, os de baixa renda.

O Sr. Ricardo Chab

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Divanir Braz Palma, quero aqui, até à luz da discussão, sugerir ao relator, deputado Moysés Leônidas, na Comissão Especial de Investigação, criada por esta Casa, para fazer um levantamento; tirar um raio X; fazer a fotocópia, para ver se conseguimos abrir o que os alunos, os universitários chamam de “caixa preta” no ensino superior.

Quero sugerir o seguinte: que a Comissão Especial de Investigação, no qual vou pedir agora ao líder do meu partido, mudei de partido estou no PMDB, para que o PMDB me inclua nessa Comissão, no sentido de fazer parte, (gostaria muito de fazer parte) e gostaria de ouvir as universidades particulares do Paraná.

Quero aqui até dar como exemplo ao deputado Moysés Leônidas: a PUC, por exemplo, recebe terreno em comodato; recebe em doação imóveis do Poder Público, aqui em Curitiba; e outros municípios. Em Londrina agora, por exemplo, está lá a sociedade discutindo se doa ou não doa uma grande área para Pontifícia Universidade Católica.

A Pontifícia Universidade Católica se instala. Não deixa de ser um grande avanço para cidade, sem dúvida alguma, porque nós temos emprego, temos contratação de professores, temos uma expansão cultural na região.

Porém, essa mesma universidade que recebe benefícios do Poder Público, cobra mensalidade de até R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais), deputado.

Então, espera um pouquinho, a questão é questão social!

Aonde está o caráter social de uma universidade que cobra mensalidade de R\$1.200,00 de um pai? E sabemos todos nós que não se paga imposto!

Então, o que quero, nessa discussão, primeiro elogiar a atitude de V. Exa, de ocupar essa tribuna, porque não temos essa discussão que teria que acontecer lá em Brasília, com relação ao INSS, com relação à Universidade Federal. Isso está aí parado; temos milhares e milhares de benefícios do INSS, pessoas que não conseguem receber um auxílio maternidade do INSS, porque o Governo Federal não quer discutir, o Congresso Nacional não está discutindo. Então, sobra para nós, aqui embaixo.

O que quero colocar, sugerir à Comissão Especial de Investigação, é que convoque as universidades particulares do Paraná. Quero também sugerir ao deputado Moysés Leônidas, o seguinte: tem um projeto pronto, tornando obrigatório a prestação de contas semestrais, curso por curso, das universidades particulares.

Assim como queremos ver a conta do pedágio, porque, inclusive, o jornal Diário Popular, suscitou e deixou todos nós sob suspensão, e que deputados levaram dinheiro para campanha na questão do pedágio; eu, em especial, não levei nenhum, nunca me ajudaram; pelo contrário, me prejudicaram com ações na Justiça, porque me posiciono contra o pedágio.

Quero colocar aqui o seguinte: é inconcebível que o pai de um aluno pague R\$1.200,00 por mês, para um filho poder estudar, e de repente esse pai não recebe da instituição de ensino, uma prestação de contas, como se fosse um condomínio: “Olha, gastamos tanto para ter o professor; pagamos tanto de energia elétrica.” Enfim, tem que se abrir a conta, porque é caráter social do curso superior.

Então, esse é o sentido e gostaria, mais uma vez, de elogiar a sua atitude de ter ido à tribuna e ao mesmo

tempo, pedir um relatório à Comissão Especial de Investigação, que passa a convocar os senhores reitores das universidades particulares, para que as coisas não fiquem assim como estão hoje, porque eu, lá do interior do Estado, o senhor também é deputado do interior, tenho alguns votos e conheço país; e tenho certeza que aqui neste Parlamento, dezenas e dezenas de deputados, acho que todos nós já recebemos pedidos de bolsa de estudo; como se nós tivéssemos condições de dar bolsa de estudos, por quê? Porque a filha vem para cá, o pai coloca, paga o cursinho de R\$400,00 por mês; a filha passa no curso de Odontologia na Pontifícia Universidade Católica é, R\$980,00 por mês.

E aí, como é que faz?

Aí bate na porta do deputado, como se nós tivéssemos bolsa de estudos para pagar.

Então, o que eu quero colocar, é o seguinte: É preciso discutir, além desse ensino gratuito que aí está, que o governo federal simplesmente se calou, a aí parabenizo o senhor novamente.

Nós discutimos a questão da universidade particular, porque ela recebe benefícios do Poder Público de todas as maneiras: recebe o terreno, como eu disse, não pagam o imposto, enfim, tem um monte de benefícios.

E a contrapartida o que é que é?

É o pai, a mãe, muitas vezes vendendo imóvel no interior para o filho acabar de estudar aqui na capital!

Então, sugiro isso para o relator da Comissão Especial de Investigação, e vou participar da Comissão. Se não for indicado, participarei, até porque me interessa esse assunto, saber qual é o lucro de uma universidade particular, em especial a Pontifícia Universidade Católica.

Muito obrigado!

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Para encerrar, senhor presidente, agradeço a participação elucidativa do deputado Chab, e dizer que nós somos favoráveis à universidade pública gratuita.

Nós defendemos as cinco universidades públicas do Paraná. E se essa discussão está à tona, é justamente porque nos preocupamos e queremos saber a fundo o que está acontecendo, se os recursos que estão vindo, apesar de serem de montantes altíssimos, não estão sendo suficientes, ou estão sendo mal aplicados.

Então, está aí a questão, senhor presidente.

Agradeço a sua benevolência por ter me dado todo esse tempo, mas voltaremos mais.

Vamos participar, porque o assunto é palpitante, e é, como colocou bem o deputado Moysés Leônidas, uma “caixa preta” que temos que desvendar.

Vou participar da CPI e agradeço o convite do nobre relator.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, o deputado Irineu Colombo vai usar o Horário das Oposições.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Há pouco, nós ouvimos a fala do deputado Carlos Simões, dizendo da aposentadoria do deputado Nelton Friedrich.

Há um panfleto que circula. As informações que temos, na verdade, entendemos como uma retaliação ao trabalho do Fórum, de luta contra a venda da Copel, que o Nelton conduziu muito bem.

E eu fui uma das pessoas que naquele momento da reunião do Fórum, indiquei o Nelton Friedrich, e foi aclamado por todos os presentes, para ser o condutor da campanha pela não venda da Copel, porque o deputado Nelton Friedrich foi uma das pessoas que, quando eu era muito mais jovem, lá no interior de Medianeira, eu ouvia os seus discursos na rádio local, e como era analisada a situação do Brasil e do Paraná, e foi uma das pessoas, que de certa forma também me iluminou um pouco o caminho para trilhar a militância de esquerda.

Eu lhe tenho um profundo respeito; foi um deputado nota 10, que merece todo o respeito!

Eu sou um daqueles deputados que espero me aposentar como professor, e ainda pago a Previdência como professor, como se na ativa estivesse, e espero me aposentar daqui há bastante tempo.

Mas não dá para aceitar, deputado Carlos Simões, a forma de retaliação, até porque foi um caso isolado.

Estou emitindo um ofício a esta Casa, pedindo que informem quais são os ex-parlamentares que recebem recursos de aposentadoria, e quais são os pensionistas ligados a ex-parlamentares; parlamentares falecidos, que recebem essas aposentadorias, porque, se é para clarear, vamos clarear, dar todas as informações necessárias.

E digo mais, se existe a proposta de acabar com esse repasse do Fundo, que foi extinto, para os ex-parlamentares, vamos acabar também para os atuais parlamentares que recebem, e vamos fazer esse recurso voltar para os funcionários da Assembléia, fazer um plano de cargo, carreira e salários para eles, dar-lhes estabilidade, garantia funcional, progressão, expectativa de reconhecimento profissional aos nossos taquígrafos, ao pessoal que cuida da redação, ao pessoal que cuida da segurança, do serviço de limpeza, de expedição de documentos, aos funcionários administrativos, financeiros e etc, vamos dar uma perspectiva.

Se isso resolver.

O Sr. Carlos Simões

Permite um aparte, deputado Irineu Colombo?

O SR. IRINEU COLOMBO

Pois não.

O Sr. Carlos Simões

Eu só quero dizer, deputado Irineu, em momento nenhum eu citei aqui o Fórum da Copel. Eu respeito, eu votei, o senhor sabe da minha posição, o povo sabe, respeito a posição dos senhores, mas, eu fiquei assim, como fala o caboclo do Sudoeste meio acabrunhado, ao ver que o Nelton, que me inspirou também muita coisa bonita, quando fui estudante de Direito na PUC, ele deu palestras e eu sempre falava para ele, que ele foi brilhante nas palestras que deu quando era deputado federal e estadual, e eu acompanhei e sou dele admirador.

Agora, o que estou levantando a tese aqui, é se o panfleto é verdadeiro ou não. Por isso estou pedindo oficialmente à Assembléia, à direção da Casa, que informe inclusive ao povo do Paraná e que ele também se manifeste. Ele é brilhante, ele sabe falar muito bem. Não é verdade?

Eu não sou contra ninguém se aposentar, deputado. Mas, com quatro anos de deputado, convenhamos, realmente não cabe. Pergunto ao senhor, há quantos anos é professor? Eu sou comunicador há quase vinte anos e para me aposentar vai mais vinte anos, pelos menos!

Então, a minha colocação nesse sentido, quero que os deputados entendam, acho que qualquer tipo de aposentadoria precoce é imoral, ilegal, vamos ter que rever essa questão na Assembléia, dos procuradores, também é uma coisa que temos que levantar, tem muita fofoca, muita conversa de gente que não trabalha e ganha oito, nove mil reais, por mês; isso o povo fala, aqui na Assembléia.

Então, a minha colocação é nesse sentido, acho que como nós fomos escrachados, eu nunca me queixei. Três, quatro meses na televisão, nos jornais, em placas, nem olho! Acordo às cinco da manhã, durmo às nove da noite e não tenho tempo para isso, vou trabalhar, vou cuidar do meu povo, dos meus eleitores, e se tudo correr bem, vou me reeleger. Agora, desta forma, não!

Obrigado, deputado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, o que é bom resgatar nesta Casa e fazer uma homenagem, que o primeiro deputado eleito pelo PT, Pedro Tonelli, foi o deputado que começou, que fez o primeiro pronunciamento, aqui, para acabar com as aposentadorias consideradas imorais na época.

É bom saber que tem gente questionando isso, agora. É bom saber que o quórum está aumentando. Em seguida teve projetos, acho que de iniciativa do Governo do Estado e do deputado Neivo Beraldin, que propôs a extinção desse FEPA, que seria extinto agora com a reforma previdenciária, se não fosse naquela época.

Mas vale lembrar que é uma história do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, e portanto nós queremos transparência nisso, esclarecer isso tudo! As informações que, porventura privilegiam alguns, porque essa informação foi uma informação dada especialmente para o caso do Nelton Friedrich, porque se vazou da

Assembléia, tinha que ser uma nota da Assembléia no sentido de falar o que está acontecendo, quanto tem de recurso, o que sai de recurso e quais são as pessoas beneficiadas. Não há problema nenhum; o problema é fazer disso uma luta específica de retaliação, o que nós não aceitamos.

Mas, o que nós queremos nesta Casa, deputado Elio Rusch, presidente, é o respeito com os funcionários desta Casa. Os funcionários públicos têm regime de contratação, de progressão; os funcionários do Estado do Paraná, do Judiciário, do Poder Executivo, todos eles têm lá um plano de carreira que está sendo questionado, que está sendo reformulado, mas tem um plano de carreira. Os nossos funcionários da Casa, a Assembléia Legislativa, não tem nenhuma perspectiva de carreira, de merecimento, de respeito!

Então, a saída não é dizer, olha, porque um ganha mil e quinhentos, tirando esse mil e quinhentos vamos resolver, não! A saída é fazer um estudo, apresentar uma proposta e começar a debater e imediatamente, uma proposta de plano de cargos, carreiras e salários.

Eu fiz no começo do ano um pronunciamento desta tribuna e o presidente Hermas Brandão, havia concordado que faria uma proposta até setembro, talvez esteja em tramitação a proposta, não tenho esta informação, uma proposta para os funcionários desta Casa, mas eu quero comunicar a Casa que estou já vendo uma proposta da Assembléia do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, e vou apresentar um esboço para a Mesa Executiva para começar o debate. Alguém tem que começar o debate, alguém tem que apresentar uma proposta de planos de cargos, carreiras e salários para os funcionários públicos!

Neste momento o que os funcionários querem é uma perspectiva futura profissional. A questão salarial até fica em segundo plano. Ela não é esquecida, mas ela fica em segundo plano na perspectiva de ter ali colocado - bom, eu sou qualificado em que cargo? Eu sou assessor de segurança. Quanto que eu ganho, o meu salário inicial? Daqui a tanto tempo quanto que eu vou ganhar? Vou ter merecimento? Vou ter avaliação periódica de dois em dois anos? Vou ganhar cinco por cento a mais? Com que idade que vou me aposentar? Como que está sendo depositado o meu fundo? Isto é uma garantia familiar, é uma garantia para a sociedade e é uma garantia da sobrevivência da vida política, inclusive da Assembléia Legislativa.

Então, nós queremos que seja um ato positivo. Não é um ato de apoio. É um ato de ação. Falar que vai apoiar é fácil. Agora, colocar no papel e fazer o esboço, então será, portanto, precisando deste ato concreto da Assembléia Legislativa, falar, meus queridos funcionários da Assembléia Legislativa, nós estamos propondo este caminho para vocês e vamos começar a discutir.

Então, é isto que nós queremos, a partir desta Sessão e vamos apresentar o esboço de um projeto de plano de cargos, carreiras e salários para a direção da Casa discutir com os seus funcionários.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa expediente subscrito pelos senhores deputados Ângelo Vanhoni e Luiz Carlos Zuk, com apoio dos deputados Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Waldyr Pugliesi, Antonio Belinati e demais deputados, constante do expediente, solicitando à Mesa Executiva desta Casa, que contemple as necessidades de modernização deste Poder, dando prioridade à estrutura funcional dos servidores ativos e inativos, implantando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários da classe de servidores da Assembléia Legislativa. **À Comissão Executiva.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Comissão Executiva, para apreciar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Chab devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moisés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2001, que dispõe que os recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano serão aplicados através das municipalidades, e não integrarão a base de cálculo para efeito da Lei nº 11.741/97 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC

EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

Vamos votar o projeto ressalvada a emenda.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhamento**)

O Projeto de Lei nº 335/2001 visa, entre outras coisas, criar mais um cargo de diretoria junto à agência de fomento no Estado do Paraná. Este projeto estabelece inicialmente, se não me falha a memória, não estamos com ele publicado hoje porque já está em 2ª discussão, mas, se não me falha a memória, para disciplinar que os recursos do FDU sejam aplicados em benefício da municipalidade, que não possam esses recursos serem aplicados através da agência de fomento em favor de outras questões que não sejam as questões das municipalidades.

Dentro desta proposta de mensagem do Governador, está a de se criar mais uma diretoria para se somar a outras tantas diretorias que já possuem agência de fomento, e atribuir a essa que vai ser criada, também, um salário igual ao de Secretário de Estado.

Ora, nós estamos aqui na Assembléia Legislativa há pelo menos sete anos, esta é a afirmação que fazem inclusive as lideranças dos movimentos sindicais, estamos há praticamente sete anos sem que os funcionários públicos possam receber aumento, porque alega o governo a toda hora e a todo instante, que não possui condições de caixa para honrar esses aumentos salariais e que também não possui margem dentro daquilo que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal e a própria Lei Camata, que não está em condições de conceder qualquer tipo de aumento porque extrapola os 60% estabelecidos pela Lei Camata, e os 9% gastos de pessoal, em cima da receita tributária estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esta é a afirmação, este é o argumento do governador para não permitir que siga adiante qualquer proposta de reajuste salarial, e o próprio governador, se contradizendo, vem à Assembléia propor que se crie mais um cargo de diretoria junto à agência de fomento, e a ele seja atribuído um salário correspondente ao de Secretário de Estado, quer dizer, é um contra-senso que não tem justificativa do ponto de vista político porque é o próprio governador, é o Secretário da Fazenda, é o Secretário do Planejamento, é o Secretário da Administração, que a toda hora estão dizendo que não se pode dar aumento de salário, não se pode repor salário de servidores porque não tem dinheiro em caixa, porque a Lei Camata, a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que se dê esses aumentos.

Esta aí a reivindicação dos professores universitários; estão aí as reivindicações de todos os servidores do Estado do Paraná.

Por esta razão que foi por nós proposta esta emenda desautorizando, evidentemente, retirando do contexto do projeto a criação de mais esse cargo de diretoria junto à agência de fomento, pelas razões que entendemos e aqui justificamos no mérito e até lamentamos

que a CCJ tenha dado um parecer contrário à nossa emenda porque do ponto de vista constitucional ela estava respaldada, quer dizer, cabe ao governador a iniciativa de propor a criação mas cabe a nós decidir ou não se queremos criar ou não esse cargo de diretoria a mais na agência de fomento e por isso apresentamos a emenda naquela ocasião.

Caberia, sim, se passasse por outra Comissão para decidir sobre o mérito da emenda. Me parece que o parecer da própria CCJ não está respaldado constitucionalmente porque cabe a nós, sim é o direito nosso de apresentar uma emenda nesse projeto, e hoje cabe a nós, na segunda votação, decidir o mérito, se a emenda deve ser aprovada ou não. Eu entendo que nós deveríamos aprovar a emenda porque os próprios parlamentares do governo tem seguidamente se manifestado favorável à uma reformulação administrativa com o enxugamento de cargos.

Pelo menos isso nós temos lido sobejamente nos jornais do Estado do Paraná, quando os deputados do Governo se manifestam: “Não, é necessário diminuir isso, diminuir aquilo, temos que enxugar, temos que fazer uma reformulação administrativa”.

Então, é hora agora de, na prática, também, demonstrarmos isso votando favoravelmente à nossa emenda, que proíbe a criação de mais um cargo de diretoria junto à agência de fomento e que este cargo criado possa ter neste momento um salário correspondente ao de Secretário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

O Projeto nº 335/2001 que está em segundo turno de votação, proveniente de uma mensagem do governador, não tenha dúvidas de que ele atende ao interesse da sociedade paranaense. Entretanto, emenda do deputado Orlando Pessuti, é extremamente oportuna.

Por quê?

Nós temos um setor financeiro, que hoje está dentro do Parainvestimento descapitalizado, sem recursos, sem muitas condições de fazer os empréstimos necessários que nós precisamos fazer ao setor público do Paraná e à atividade produtiva do Estado.

Nós estamos vendo que já tem cinco diretorias, deputado Valdir Rossoni. Acrescentar mais uma seria, na nossa avaliação nesse momento, apenas a geração de mais uma fonte de emprego, descabida e sem necessidade para que nós possamos ter mais uma fonte de sangramento do Estado.

Ora, se queremos uma Agência de Fomento e um Fundo enxutos, nós precisamos começar por uma diretoria compacta. Essa diretoria, na nossa avaliação, dá perfeitamente para executar as suas tarefas sem o acréscimo de mais uma.

Até porque, para ser coerente aí, a Bancada do Governo foi de uma lucidez diante do problema ímpar: pediu ao Governo que reduzisse o tamanho da estrutura,

especialmente nos cargos hierárquicos, que são os mais elevados com respeito aos salários.

Aqui nós estamos criando mais um cargo, com o nível de salário de Secretário de Estado.

Por isso, é que pedimos aos companheiros que votem favorável à Emenda do deputado Orlando Pessuti, contrário, portanto, ao parecer da CCJ.

Senhor presidente, consultoria V. Exa. se essa emenda não teria que ir à Comissão de Finanças, segundo os dados que constam aqui da nossa Ordem do Dia.

Fico com essas duas questões solicitando a preocupação da Bancada do Governo para este assunto.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero manifestar-me referendando as palavras dos deputados Orlando Pessuti e José Maria. Mas, quero comunicar a Casa, que algum tempo atrás, apresentei um projeto de lei, que ninguém poderia ganhar mais do que ganha um deputado estadual e, agora, vou reapresentar esse projeto.

Vamos fechar o teto salarial do Estado para o que ganha um deputado estadual, isso com vantagem, porque é uma contribuição que podemos dar o povo do Estado.

Porque se há tamanhas dificuldades, se há gente que passa fome e se há um item que é mais abordado aonde, que mais me pedem, é a cesta básica.

Então, por que que a receita do Estado tem que pagar 90 milhões de reais dos inativos e que a maioria é para gente que ganha altos salários, ganha o salário, ganha o quinquênio, depois ganha as vantagens e depois ganha não sei o quê e chega lá a 12, 13 mil reais por mês.

Então vamos estabelecer um teto no Estado: ninguém poderá ganhar mais do que 6 mil reais. Se fizermos uma média do que ganha o povo, o cidadão que ganha 6 mil reais é um alto salário. Aí vamos colocar efetivamente o dedo na ferida. Vamos discutir de fato uma situação que vai levar muito mais escola, muito mais saúde. Vamos ter uma mudança neste Estado tão grande, que será com certeza um Estado referencial para o País, porque vai sobrar tanto dinheiro da arrecadação para investir em educação, em saúde...

Por isso vou reapresentar esse projeto e espero que possamos discuti-lo. Com certeza vamos mexer na ferida. Secretários de Estado ganham salários, mas tiram diária. Todos ganham. Poucos ganham muito, muitos ganham pouco. São conselheiros que ganham de empresas! Quanto ganha um diretor da Sanepar pelas metas conquistadas à empresas? Ganham salário, talvez mais de 15 mil, e ainda ganha participação da lucratividade da empresa, jeton no conselho da administração da empresa para participar. E nós vamos fazendo de conta que está tudo bem. Não está tudo bem! Se há terrorismo, é porque há miséria. Se há fome, é porque há corrupção, é porque há desvio de conduta dos administradores públicos e dos graduados!

Então vamos colocar o dedo na ferida nesse sentido. E vamos trazer o debate à Assembléia. E aí a sociedade também saber que os deputados não querem que ninguém ganhe mais do que eles. E aí verão que o que ganha um deputado não é o que ganha um diretor da Sanepar, o que ganha um diretor da Copel, o que ganha um diretor de uma empresa de economia mista.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Aprovado.

Está em votação a emenda. A emenda está com o parecer contrário.

O SR. NEREU MOURA

Recomendo à Bancada do PMDB que vote favorável à emenda, acompanhando o nosso deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Os deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Está rejeitada.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido o senhor 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Procede à chamada nominal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Fiz uma questão de ordem quando da minha fala, e se for submetida à votação ela será prejudicada. E não foi dado retorno, respostas à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós entendemos que o projeto já passou pela Comissão, e a Emenda foi designada somente para a CCJ. E nós mantivemos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas ela é matéria afeita à Comissão de Finanças também! A Emenda não tramitou na Comissão de Finanças!

O SR. ELIO RUSCH

O projeto tramitou pela CCJ e pela Comissão de Finanças.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, a Emenda, que também deveria tramitar pela Comissão de Finanças, não tramitou!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas, nós mantivemos a decisão da Mesa, do presidente Hermas Brandão e mantivemos a decisão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Com todo o respeito à Presidência: o deputado Hermas Brandão não está presidindo, neste momento, e ele não tem definição.

Quem definiu foi V. Exa., neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Mas, estou definindo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Está rasgando o Regimento Interno, que determina que tem que encaminhar para a Comissão de Finanças! Por que é que vamos deixar de cumprir e prevalecer a palavra de V. Exa.?

A palavra de V. Exa. ou o Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O Regimento Interno foi rasgado, senhor presidente!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Quarenta e nove deputados responderam à chamada nominal.

Os senhores deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se. Dezenove deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e oito. **Está rejeitada a Emenda.**

(O deputado Hermas Brandão assume a Presidência)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que institui o Bônus Verde - Paraná Mais Limpo, e dá outras providências, conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/99, de 01/03/99)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 366/2001, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Baro-

nesa e Jardim Esmeralda, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113, de 27/08/2001)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 367/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Cosap - Conselho de Obras Sociais de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27/08/2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 385/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Abba Pai, com sede e foro no município de Cornélio Procópio. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001)**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2001, que objetiva instituir a Universidade Estadual do Paraná - Unespar, mediante a integração, em uma só autarquia, várias instituições de ensino superior do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli. A atual Rodovia do Café passa a denominar-se: "Rodovia do Café Governador Ney Braga". PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza a Copel a doar à Secretaria de Estado da Educação do Paraná o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito a presença do deputado Ricardo Maia aqui na Mesa, um minutinho, por favor.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 186/2001.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 232/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que prorroga por mais 05 (cinco) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1962, cessão de imóvel à Apadeh. PARECERES FAVO-

RÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

O item 10 vai ficar para votação posterior, porque precisa ser secreto.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 430/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova", da cidade de Matelândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, então o item 10 fica suspenso da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai ficar para o final da pauta.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Nova Fátima, um terreno urbano que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 059/2001, de 15/05/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 190/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Nova Fátima, um terreno que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 190/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Nova Fátima, um terreno urbano que especifica.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, entende que a doação do terreno à

Prefeitura de Nova Fátima, possibilitará a instalação de um posto de saúde, melhorando o atendimento médico a toda a comunidade, em especial à população carente da região, garantindo, assim, a melhoria da qualidade de vida.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 8º do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 190/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis, situados no município de Matinhos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/2001, de 18/06/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar os imóveis situados no município de Matinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 251/2001

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo a doar os imóveis situados no município de Matinhos.

Fundamentação

Quanto aos aspectos constitucional e legal da matéria objeto deste parecer, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a se manifestar, conforme dispõe o parágrafo 8º, artigo 33, do Regimento Interno, entende pelo mesmo posicionamento da douta Comissão acima referida. O projeto em análise é meritório, já que visa edificar uma nova unidade escolar municipal para

atender os alunos do ensino fundamental. A instalação de uma nova unidade escolar beneficiará a toda comunidade do município de Matinhos e do litoral paranaense.

Conclusão

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à aprovação do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 01.10.2001.

(aa) NEREU MOURA

Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/2001, que revoga a condição de destinação sobre o imóvel de que trata a Lei nº 9088, de 03 de outubro de 1989, e autoriza a doação, pelo município de Ivaí, do referido imóvel, à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para construção de unidades habitacionais através da implantação do Programa Vila Rural. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06/08/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 293/2001 MENSAGEM Nº 25/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 293/2001, objeto da Mensagem nº 25/2001, de autoria do Poder Executivo, revoga a condição de destinação sobre o imóvel de que trata a Lei nº 9088, de 03 de outubro de 1989, e autoriza a doação, pelo município de Ivaí, do referido imóvel, à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para construção de unidades habitacionais através da implantação do Programa Vila Rural.

A condição revogada está inscrita no artigo 2º da Lei 9088, de 03 de outubro de 1989, conforme cópia anexa.

Pretende o Governo do Estado, com a alteração proposta, viabilizar a construção de unidades habitacionais, com a implantação de Vila Rural.

Na forma do artigo 10 da Constituição Estadual, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 293/2001.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 293/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela revoga a condição de destinação sobre o imóvel de que trata a Lei nº 9088/99, e

autoriza a doação, pelo município de Ivaí, do referido imóvel à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, para construção de unidades habitacionais através da implantação do Programa Vila Rural.

O imóvel objeto da presente proposição, foi doado ao município de Ivaí, em 1989, pela lei acima citada, tendo como destinação a edificação de prédios para funcionamento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a construção de centro comunitário, terminal rodoviário, ginásio de esportes, núcleo residencial, sede da Associação dos Servidores Municipais, horto municipal e áreas de lazer. Contudo, a área não recebeu tal destinação até o momento.

Dessa forma, entende esta relatoria, ser perfeitamente possível dar nova destinação ao referido imóvel, emitindo assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.229/2001, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. ANEXO PROJETO DE LEI Nº 334/2001 - AUTORIA DO DEPUTADO HERMAS BRANDÃO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 103/2001, de 07/08/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 318 E 334/2001

P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 318 e 334/2001, ambos de autoria do deputado Hermas Brandão, alteram a redação da Lei nº 13.229/2001, que criou o Núcleo Regional de Ibaiti.

Emitimos nosso parecer favorável à tramitação dos projetos de lei, opinando pela anexação dos mesmos.

Em razão do exposto, apresentamos um substitutivo, reunindo as disposições dos dois projetos de lei, com o seguinte conteúdo:

Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º da Lei 13.229/2001.

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 1º da Lei 13.229, de 18 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Parágrafo Único - O Núcleo Regional de Ibaiti será desmembrado do 30º Núcleo Regional de Educação e será constituído pelos municípios de Ibaiti, Japira, Jaboti, Pinhalão, Tomazina, Figueira, Conselheiro Mairinck, Siqueira Campos, Guapirama e Wenceslau Braz”.

Art. 2º - Os municípios de Curiúva, Sapopema e Ventania passam à abrangência do Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba.

Art. 3º - O município de Wenceslau Braz passa da abrangência do Núcleo Regional de Jaguariaíva ao Núcleo Regional de Ibaiti.

Art. 4º - O município de Jundiá do Sul passa à abrangência do Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETOS DE LEI NºS 318 E 334/2001

P A R E C E R :

Os projetos de lei nºs 318/2001 e 334/2001, ambos de autoria do deputado Hermas Brandão, têm por objetivo alterar o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 13.229/2001, que criou o Núcleo Regional de Educação de Ibaiti e dá outras providências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, porém com apresentação de substitutivo, em virtude da anexação dos mesmos.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 7º do Regimento Interno, não encontramos óbice que a impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2001, que objetiva transferir o município de Saudade do Iguaçu, da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03/09/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 378/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo transferir o município de Sau-

dade do Iguaçu, da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 378/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através de Mensagem nº 30/2001, objetiva transferir o município de Saudade do Iguaçu, da jurisdição da 20ª Região Administrativa, com sede em Laranjeiras do Sul para a da 14ª Região Administrativa, com sede em Pato Branco.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, entende que a transferência de jurisdição virá atender as reivindicações da comunidade, visto que a ligação ao município de Saudade do Iguaçu faz-se mais adequadamente por Pato Branco.

Vale salientar que foram feitos estudos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que demonstraram a viabilidade da proposta.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 378/2001.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2001, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$3.605.000,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil reais), conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17/09/2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 440/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao

Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$3.605.000,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil reais), conforme específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 440/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise oriundo de mensagem do Poder Executivo, objetiva aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$3.605.000,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil reais), destinando recursos para execução de obras no Sistema Penitenciário Estadual. Os citados recursos são oriundos de Convênio com a União e cancelamento de despesas de capital da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA.

A composição do montante refere-se a convênio firmado com o Ministério da Justiça: R\$2.929.800,00 (dois milhões, novecentos e vinte e nove mil e oitocentos reais), e R\$675.200,00 (seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos reais) de contrapartida da Secretaria de Segurança Pública.

Tendo em vista a falência do Sistema Penitenciário Estadual, e a necessidade emergente de sua ampliação, e mais a possibilidade de convênio com o Ministério da Justiça, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 08.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 440/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo de mensagem do Poder Executivo, busca aprovar um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$3.605.000,00 (três milhões, seiscentos e cinco mil reais) destinando recursos para execução de obras no Sistema Penitenciário Estadual. Os recursos oriundos de convênio firmado com o Ministério da Justiça no valor de R\$2.929.800,00 (dois milhões, novecentos e vinte e nove mil e oitocentos reais) e cancelamento de despesas de capital da Administração Geral do Estado - Recursos da SEFA, no montante de R\$675.200,00 (seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos reais).

Tendo em vista os procedimentos adotados, respeita as determinações da Lei 4320 de 17.03.64 e do

artigo nº 22 da Lei nº 13.030 de 28.12.2000, opinamos pela continuidade de sua tramitação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/2001, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17.09.2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 441/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 441/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem nº 41/2001 do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta comissão favoravelmente à sua aprovação, sugerindo ainda que este projeto seja encaminhado à Comissão de Orçamento, por força do parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 441/2001

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 041/2001, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), ao vigente orçamento do Fundo Estadual para Infância e Adolescência - FIA, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar, nos termos do artigo 33, parágrafo 4º do Regimento Interno, verificou que os recursos a serem destinados são para atender a construção da Casa Semiliberdade Feminina no município de Curitiba. A importância acima descrita é decorrente do cancelamento de dotação do orçamento do mesmo órgão.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem)

Queria comunicar à Casa que amanhã, às 9h30min, a Comissão de Defesa do Consumidor estará realizando uma audiência pública para discutir o encaminhamento dos projetos que estão tramitando na Casa, que visam a criação da agência reguladora dos serviços privatizados e terceirizados no Estado do Paraná.

Aproveito o momento para convocar os parlamentares que compõem a comissão, e os demais parlamentares que quiserem acompanhar a discussão, encaminhamento e posterior aprovação dessa importante matéria. Amanhã às 9h30 min. no plenarinho.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Gostaria de registrar o meu voto contrário ao item 16 da pauta.

Muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Da mesma forma, senhor presidente, pediria que ficasse registrado o voto contrário meu e do deputado Orlando Pessuti no item 16 da pauta, até porque somos autores da criação da Região Administrativa de Laranjeiras do Sul.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Parece-me, quando criamos a região administrativa do médio centro-oeste do Paraná o fizemos através de um projeto de lei complementar, não tenho certeza disso.

Para alterar a lei complementar anterior só uma lei complementar agora.

Está certo que é uma mensagem do governador, mas teria que ser um projeto de lei complementar, e é quórum qualificado. Não sei se a CCJ observou isso quando tramitou por lá.

É esse o questionamento que faço.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de ordem, informo que houve um equívoco quanto a atuação.

Vamos considerar como lei complementar.

O SR. ORLANDO PESSUTI

A votação tem que se processar novamente, porque é um quórum qualificado.

Então, não sei, a CCJ observou isso quando tramitou por lá?

É um questionamento que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à sua questão de ordem, informo que realmente houve equívoco quanto à atuação da mensagem que veio e vamos considerar como lei complementar.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas aí a questão; a votação tem que se processar novamente, porque daí é um quórum qualificado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim.

O SR. NEREU MOURA

Solicito que V. Exa. retire da pauta e coloque em outra oportunidade. E mande republicar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o Plenário, todos os senhores parlamentares, já votamos aqui o Projeto de Lei 378/2001, que é o item 16 da pauta. E como houve um erro da assessoria da Casa, na sua atuação, o encaminhamento também não foi correto. Gostaria de consultar a Casa, que regimentalmente é até difícil tomarmos uma posição, mas poderíamos considerar que deveríamos devolver às Comissões, para uma nova análise e posteriormente voltar para pauta da Casa.

O SR. NEREU MOURA

Acho que esse é o encaminhamento correto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se houver concordância de todos os parlamentares, o Plenário pode decidir. Estamos levando ao Plenário a decisão.

O SR. CEZAR SILVESTRI

De minha parte, como autor da criação da legenda administrativa, concordo.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, sou favorável à aprovação da matéria que está aqui. Agora, se houve erro de encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, nós consideramos a constitucionalidade aprovada e vamos devolver para as Comissões, para uma análise mais profunda.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Perfeitamente.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Com registro de voto contrário...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos só votando a constitucionalidade do projeto, mas fica registrado voto contrário de V. Exa. dos deputados Nereu e Orlando Pessuti. E deputado Valdir Rossoni também voto contrário.

Está aprovado pela maioria dos senhores parlamentares.

Antes de votarmos, peço escusas à deputada Serafina. Vamos votar o item 10 que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Francisco Carlos da Silva.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco Carlos da Silva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Os senhores deputados que forem favoráveis deverão colocar a cédula “sim”; os contrários, “não”.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, gostaria de dar a minha posição, se V. Exa. permitisse, eu comunicaria à deputada Serafina, se não houver encaminhamento do título e a justificativa, que votarei contrário ao seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto a deputada Serafina se vai encaminhar?

A SRA. SERAFINA CARRILHO (**Para Encaminhar**)

Gostaria de dizer que esse título de Cidadão Honorário, Rossoni, é uma pessoa que o senhor já conhece, já levei na sua Secretaria, ele é diretor do jornal Hoje, de Maringá. Por quê o título?

Por ele ser uma pessoa extremamente humana e que há pouco tempo, junto com seus amigos, construíram

uma creche na comunidade de Requião, em Maringá, aonde toma conta de mais de 200 crianças carentes, lá do Requião 1 e 2.

Outro motivo: por muito azar, em uma noite, a chuva estragou todos os computadores, todos os aparelhos, e ele, nem um só dia, deixou de entregar o jornal.

Continuou sofrendo, é um homem lutador, como todos os deputados de Maringá conhecem, e sabem que ele é uma pessoa extremamente humana e que dá um grande exemplo e dá muitos empregos para a nossa bela Maringá.

É por isso que justifico. Gostaria que os nobres pares votassem a favor desse título de Cidadão Honorário.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor presidente, já tive a oportunidade de falar, de fazer essa colocação na Comissão de Justiça, queria fazer uma sugestão que até quem sabe, o nosso Regimento Interno.

Toda vez que se trata de homenagear alguma pessoa ou pessoas, quase sempre os homenageados não pedem.

E todas as vezes que se tenta fazer homenagem a alguém, acho que deveria ser, realmente, secreto!

Tenho aqui na Assembléia, o meu projeto para acabar com o voto secreto, com exceção deste tipo de honorabilidade.

Porque já vi e já assisti, quando vereador em Londrina, nos três mandatos que tive, lá os votos eram secretos e vi uma vez um companheiro que não tinha muita experiência parlamentar, foi para a Sessão secreta, fechada, e lá foi reprovado o voto, como se fosse uma Sessão, com todo respeito, de “bola preta na maçonaria”, e o nosso companheiro sem experiência, entrou em um programa de rádio, ao vivo, e deu como exclusividade: “acabamos de reprovar um título de cidadão honorário, nada mais, nada menos, para o dono da Folha de Londrina”.

No outro dia, a Câmara foi manchete, porque tem falhas.

Então eu penso sempre assim. Quero aqui colocar, com todo respeito aos demais companheiros, que acho que toda vez que se pretender homenagear alguém, e esse alguém não pediu, não pode sequer constar da pauta.

Tem que ser uma Sessão secreta, sem taquigrafia, sem ninguém que ficasse registrado. Se aprovado, muito bem, se não, rasga-se ou vai para o arquivo morto, porque quando se vê em pauta, e estou discutindo essa questão, nada com relação ao projeto da deputada Serafina, estou colocando aqui porque a votação secreta quase sempre é imprevisível.

Então, queria sugerir, até por uma questão de justiça, porque volto a dizer: “aquele a quem se pretende dar a comenda, aquele a que se pretende dar um reconhecimento de honorabilidade, quase sempre são pessoas que não pedem.

Estou vendo na seqüência aqui, uma mensagem do projeto do Anibelli, que pretende fazer uma homenagem justa, ao ex-governador Ney Braga. Se eventualmente uma medida dessa for rejeitada, constrange toda a família.

Então, queria sugerir aqui, senhor presidente, que nós fizéssemos com maturidade, esses títulos de cidadania, de honorabilidade, de reconhecimento, para que fossem feitos dessa forma. Que não constassem em pauta, porque se um projeto desse aqui, sofrer qualquer revés, está na pauta, é público! Todo mundo vai saber!

Dá direito até de ser publicado, ou quem de direito quiser usar, e o homenageado, às vezes, não pediu essa homenagem.

Queria só fazer esse tipo de encaminhamento, porque é uma forma até de refletir, porque isso mexe com pessoas. E quando você mexe com pessoas, você fere pessoas, fere famílias, fere comunidade, fere seqüência, e eu não gostaria de me submeter também a esse tipo.

Só fica como uma colocação para ficar registrado nessa Casa.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente!

Eu estava ouvindo atentamente e discutindo com alguns deputados aqui no plenário, a questão do voto secreto no título de Cidadania, um título que na verdade representa todo o Parlamento.

O homenageado não pediu para ser homenageado, como colocou o deputado Moisés Leônidas, então vejamos. Somos cinquenta e quatro deputados, o voto secreto, vamos colocar que hipoteticamente um deputado apenas vote contrário. Já não representa a vontade do Parlamento, representa a maioria mas não a totalidade do Parlamento.

Então acho que temos que discutir isso com mais profundidade, sob pena de ofuscarmos o brilho que é entregar e dar título de Cidadão Honorário a um paranaense ou que não seja paranaense, mas que destacou-se na sociedade do Paraná.

Acho que temos que repensar isso e estou aqui fazendo um apelo à Presidência desta Casa, para que possamos arranjar uma nova maneira de se votar isso, sob pena de ofuscarmos o brilho e não tornar isso vontade do Parlamento. Acho que estamos, agora, em um momento de reflexão com relação a esse voto secreto no título.

Obrigado!

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

Sou autor do projeto que fez a alteração sobre a lei que permite aos parlamentares apresentar os títulos de cidadania honorária e benemérito. Por que fizemos isso?

Na verdade, para que fosse discutido, se não no Plenário, se não na Comissão de Constituição e Justiça, mas também dentro dos partidos políticos, para que tivéssemos uma redução e que não houvesse a vulgarização

dos títulos de cidadania honorária. Acho que é o maior título que um paranaense pode receber ou que um cidadão pode receber do Estado, independente de ter nascido aqui ou não, é o maior título que a Assembléia Legislativa pode oferecer. E logicamente que há necessidade de que tenhamos um critério mais rígido. Acho que foi do deputado Basílio Zanusso a alteração no regimento Interno que introduziu o voto secreto, eu concordo plenamente, porque é constrangedor, muitas vezes, você votar contrariamente e ficar se indispando.

Então acredito que o caminho é esse, mas acho que, como entramos nessa discussão, não poderemos prejudicar a nossa colega, deputada Serafina, porque ela está apresentando um título e, de repente, pode transparecer que nós estamos nos posicionando contra e acho que não é essa a intenção de todos nós.

O meu voto será favorável, apesar de ser secreto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)
(**Procede à chamada nominal para a votação**).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos deputados Cezar Silvestri, Pessuti e Ademir Bier, para serem os escrutinadores. E solicito à deputada Serafina para acompanhar.

Está aprovado, artigo por artigo.

Vinte e cinco (25) senhores deputados aprovaram a concessão.

Sobre a mesa, requerimento nº 3356, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3367, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Ademir Bier, Irineu Colombo, Luiz Carlos Zuk e Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3372, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3379, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3380, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3382, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3385 a 3387, de autoria dos senhores deputados Edson Praczyk e Serafina Carrilho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3388 a 3393, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3394 a 3397, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3399 e 3430, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3400, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3401 a 3404, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3406, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3408, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3409, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3410 a 3413, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3414 e 3416, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3417, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3421, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com apoio do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3422, de autoria do senhor deputado Carlos Simões, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3423, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3424, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3425, de autoria do senhor deputado Hermas Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3426, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3427, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3428, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3398, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, a legislação que estou propondo ao Paraná através da Assembléia Legislativa, trata de uma regulamentação ao que impõe a Constituição Federal e a Lei 9394/96, que é a LDB.

O Estado do Paraná tem uma legislação do sistema de ensino de 1964. Eu havia protocolado esse projeto de lei já na legislatura passada. É um projeto de lei de envergadura muito grande, que demorou muito tempo para ser elaborado, contou com a colaboração de vários especialistas em educação, inclusive professores da Universidade do Paraná. E nós protocolamos esse projeto, que leva o número 193 em 1999 e ele ainda está parado na Casa! Portanto, estou apresentando o regime de urgência para que o mesmo seja analisado, porque senão, vou encerrar o ano que vem o meu mandato parlamentar e o projeto que eu considero, que teve o maior esforço da minha parte para sua elaboração, não foi nem sequer analisado pela Casa.

Portanto, a intenção deste requerimento de urgência é para provocar a discussão. Peço inclusive ao deputado Durval Amaral, eminente líder do Bloco de Sustentação ao Governo, que, se pudesse compreender a minha angústia enquanto parlamentar, que o debate pode fluir durante a discussão nas Comissões, mas que ele comece a tramitar, urgentemente! Eu já protocolei na legislatura passada e já protocolei em 99. Reconheço que o projeto merece uma análise profunda, é um projeto de grande envergadura, não é um Projeto tão simples. Ao par de que existe aí uma legislação de 1964, que é anacrônica, mas foi mudada por projetos complementares, ordinários, que merecem uma consolidação através da iniciativa que apresento à Casa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, nobre deputado Irineu Colombo.

Estou encaminhando contrariamente ao regime de urgência neste momento, não analisando o mérito do projeto, que me parece muito interessante e muito bem elaborado pelo Irineu Colombo. Aliás uma peculiaridade do

deputado Irineu Colombo, que sempre elabora os seus projetos com muita eficiência. O regime de urgência neste momento não conhecia todo o sacrifício e a tramitação já de mais de 2 anos. Nós vamos votar contrariamente ao regime de urgência neste momento, mas vamos dar apoio para que o projeto tramite o mais rapidamente na Casa. E se, no decorrer deste mês de outubro não evoluirmos com essa tramitação, com certeza vamos tomar e agilizar de todas as formas. Até mesmo com o regime de urgência, oportunamente.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, diante do compromisso do ilustre deputado de que vai apoiar a tramitação rápida desse projeto, peço a retirada do requerimento do regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado, nobre deputado.

Requerimento nº 3419, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e solicita aos senhores deputados que forem favoráveis, queriam levantar-se. Dezenove deputados aprovam. Vinte e seis deputados rejeitam. **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 3420, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Rejeitado.**

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, na verdade o texto do requerimento rejeitado anteriormente tem a mesma fundamentação. Eu requeri informações à Copel e também ao Governo do Estado, com relação às mídias. Primeiro, aquela que dizia que a Copel passaria de uma empresa competente para uma empresa competitiva. E nós queríamos confirmar se é recurso e de quanto é o recurso, que a própria empresa investiu, para o seu prejuízo. Quer dizer, a empresa investindo para seu extermínio! É um troço engraçado que existe, não é?! Enfim, queríamos esta informação.

A segunda informação é, quanto é que o Governo gastou e quais as empresas que produziram a mídia que trata daquela propaganda institucional que, contrariamente ao que estabelece a Constituição, de que a propaganda institucional deveria ser informativa e educativa, ela era depreciativa, de certa forma ridi-

lariza o movimento social, e usava um termo muito próprio do jargão petista, que é “companheiro”. Usava dinheiro oficial para ridicularizar um partido político, por vias indiretas.

Então, queremos saber quanto custou. A informação que eu tenho é a de que o Governo gastou, nesta bobagem, em torno de 500 mil reais. Gostaria de ver a contestação oficial da base do Governo, do Governo, se ele gastou, realmente, 500 mil reais, e se foi aquela empresa do genro do governador Jaime Lerner que produziu esta mídia, que vendeu esta mídia para ridicularizar o movimento social, o fórum de luta contra a venda da Copel e assim por diante.

Então, as coisas têm que ser esclarecidas. Até porque tem ações na Justiça pedindo o cancelamento daquela mídia, porque desrespeita flagrantemente a Constituição que obriga o Governo a fazer informação ao povo, publicidade, com caráter educativo, acima de tudo. E não é o caso, porque ridiculariza, banaliza o movimento social.

Então, quero saber formalmente: é 500 pratas que o governo gastou nesta bobagem que afronta a Constituição Federal e Estadual? O requerimento é, basicamente, isto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e solicita aos senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. Dezenove deputados. Vinte e sete rejeitam. **Rejeitado.**

Requerimento nº 3333, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

18.

O SR. NEREU MOURA

Eu recomendo que a Bancada do PMDB vote favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

26. Está rejeitado.

Informa aos senhores deputados que nós vamos ter a promulgação, agora, no Plenarinho, da Emenda Constitucional da Polícia Científica e também, do projeto do deputado Geraldo Cartário que estabelece que as multas

em veículos não podem ultrapassar durante o ano a 20% do valor do seu patrimônio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só para comunicar à Casa que a Comissão de redação se reúne amanhã às treze e trinta na sala das Comissões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, eu não ouvi a leitura do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi encaminhado à Comissão Executiva. Estou recebendo informações estava presidindo a Sessão o deputado Elio Rusch.

O SR. CARLOS SIMÕES

Então, nos próximos dias estarei recebendo informações?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Certamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando os senhores deputados, para uma Sessão Especial, logo após o encerramento da presente, para promulgação de Emenda à Constituição Estadual, a realizar-se no Plenarinho.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 232/2001, 413/2000 e 430/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 190, 251, 293, 318, 370, 440 e 441/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 325, 418, 420 e 429/2001.

Marco ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 031, 047, 050, 067 e 075/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:**COMISSÃO DE REDAÇÃO****3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Orlando Pessuti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 210/2001, 246/2001, 277/2001, 279/2001, 300/2001, 301/2001, 302/2001, 303/2001, 308/2001, 313/2001, 322/2001, 330/2001, 333/2001, 342/2001 e o deputado Custódio da Silva apresentou Redação Final ao Projeto nº 341/2001, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Tony Garcia apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 204/2000, 284/2000, 342/2000, 201/2000, 314/2001, 350/2001, 353/2001, 360/2001, 365/2001, 379/2001, 380/2001 e 399/2001 e o deputado Custódio da Silva apresentou Redação Final ao Projeto nº 204/2000, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o deputado Orlando Pessuti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 737/97 e 031/99 e o deputado Custódio da Silva apresentou Redação Final aos Projetos nºs 558/99 e 304/2001, o Deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos nºs 367/2001, 280/2001, 305/2001, 366/2001, 283/2001, 385/2001 e 285/2001 e o deputado Luiz Fernandes Litro aos Projetos nºs 383/2001 e 213/2001, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(a) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO**3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, na sala de reuniões da Comissão de Orçamento, sob a presidência do senhor deputado Cezar Silvestri, com as presenças dos senhores deputados Nereu Moura, Durval Amaral, Geraldo Cartário, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni e José Maria Ferreira, membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 1º) Projeto de Lei nº 440/2001, Mensagem Governamental nº 40/2001. Relator deputado Nereu Moura. Parece FAVORÁVEL - APROVADO. 2º) Projeto de Lei nº 445/2001, Mensagem Governamental nº 41/2001. Relator deputado Geraldo Cartário. Parece FAVORÁVEL - APROVADO. Na sequência, o senhor Presidente sugeriu que se oficie o senhor Miguel Salomão, Secretário de Estado do Planejamento, para que o mesmo nos traga informações sobre o último relatório quadrimestral, que trata da execução orçamentária e financeira do corrente exercício. A sugestão foi acatada por todos os membros da comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(a) CEZAR SILVESTRI - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária